



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NEMÉSIO ALVES DE SÁ

DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DO FRACASSO PRESIDENCIAL

**SÃO FRANCISCO DO CONDE- BA
2016**

NEMÉSIO ALVES DE SÁ

DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DO FRACASSO PRESIDENCIAL

Trabalho de pesquisa e de coleta de dados apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como pré-requisito para obtenção parcial de créditos em Trabalho de conclusão de Curso (TCC) sob orientação do Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos

Orientador: Márcio André de Oliveira dos Santos

SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S113d

Sá, Nemésio Alves de.

Democracia na Guiné-Bissau : análise do fracasso presidencial / Nemésio Alves de Sá. -
2016.

51 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos.

1. Democracia - Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - Política e governo. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 966.57

NEMÉSIO ALVES DE SÁ

DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DO FRACASSO PRESIDENCIAL

Trabalho de pesquisa e de coleta de dados apresentado á Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como pré-requisito para obtenção parcial de créditos em Trabalho de conclusão de Curso (TCC) sob orientação do Prof. Márcio André de Oliveira dos Santos

SÃO FRANCISCO DO CONDE 16/12/2016

Banca Examinadora

Profa. Doutora Juliana Barreto Farias (UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ismael Tcham (UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos (UNILAB)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Á minha mãe que me preparou e me deixou pronto para as batalhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar á Deus, pois sem seus poderes nada disso teria acontecido.

Á minha mãe Nanaida Alves De Sá, que não se encontra mais nesse mundo, mas tenho a certeza que tudo que pude conseguir hoje foi graças a ela, por tudo que fez por mim e principalmente pela educação concedida. Ela foi e continuará sendo o pilar, que me sustenta e que me sustentou nessa caminhada que não foi fácil.

Á toda minha família, irmãos, tios, tias, primas e primos que sempre me incentivaram a não desistir mesmo quando eu achei que não tinha mais forças. Em especial agradeço as minhas tias Humbelina Alves De Sá, Fatu Sanhá, Amândia Cassamá, Didima Alves De Sá, Inês Alves De Sá, ao meu tio Antão Da Silva e Avito Alves De Sá.

Á minha namorada Samanta Celestino do Espírito Santo que sempre se fez presente ao meu lado me apoiando e mostrando que eu era capaz.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de todas as horas: Bruno Emanuel, Hallen Taborda, Evandro Gomes, Emerson Vieira, Diego Gomes, Mandú Mané, Vailton Sanó, Hanry Tavares, Moacir da Gama, Rany Alves Sidibé e á todos meus amigos do bairro de Chão de Papel Varela. Sem esquecer as amigas que sempre também se mostraram presentes na minha vida: Shirley Taborda, Igmair Monteiro, Beandrea Monteiro e á minha prima amiga Mirna Marisa Gomes.

Aos meus Professores Doutores: Márcio André de Oliveira dos Santos, Karl Gerhard Seibert, á Professora Doutora Fábria Ribeiro e também a Professora Doutora Cristiane Souza pela paciência e conhecimento dado a mim.

A todas essas pessoas o meu MUITO OBRIGADO por contribuírem na minha chegada até aqui.

“Ninguém pode estragar a coisa linda que temos, se existe alguém que o pode fazer esse alguém é nós mesmos”.

Amilcar Cabral [s. d.]

RESUMO

A democracia é definida como governo em que o povo exerce a soberania, ou por outras palavras, sistema político em que os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas. Sistema que a Guiné-Bissau desconheceu por muitos anos, só após várias insistências e lutas populares que esse regime foi posta no país. Permitindo a criação de vários partidos políticos e assim dando a legitimidade e poder ao povo de exercer seus direitos, e assim o povo tem feito. Só que infelizmente os escolhidos nunca conseguiam atender os interesses comuns da população apenas, queriam governar por certos grupos e por interesses pessoais. Condicionando-nos a viver sob regime de um Estado-falhado, que sempre vai depender de cooperações internacionais para atingir seus objetivos. Por isso têm acontecido vários golpes militares, várias insurreições, vários conflitos políticos e étnicos, que nada fizeram se não contribuir para a inversão da ordem social no país. Facilitando a progressão da crise política e conseqüentemente contribuindo na regressão da economia do país. Este estudo tem como principal foco a Democracia na Guiné-Bissau, abordando assim como problema de partida: quais fatores contribuíram para o fracasso Presidencial. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de sites, livros, artigos, entre outros. O resultado tornou-se possível identificar os motivos que mantêm o país sobre esse grande impasse político. O estudo visto através da seguinte monografia aponta como podemos compreender e analisar as causas desse fracasso.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Democracia, Eleições, Golpes de Estado.

RÉSUMÉ

La démocratie est définie comme gouvernement dans lequel le peuple exerce la souveraineté, ou en d'autres termes, le système politique dans lequel les citoyens élisent leurs dirigeants à travers des élections périodiques. Système que la Guinée-Bissau a désavoué pendant de nombreuses années, seulement après plusieurs insistances et les luttes populaires que le régime a été mis dans le pays. Permettre la création de divers partis politiques et donnant ainsi la légitimité et le pouvoir au peuple d'exercer leurs droits, et que les gens ont fait. Mais malheureusement, le choisi ne pourra jamais répondre aux intérêts communs du peuple ne voulait gouverner par certains groupes et intérêts personnels. Dans la vie conditionnée sous régime d'un État défaillant, il sera toujours compter sur la coopération internationale pour atteindre ses objectifs. Donc, il est arrivé plusieurs coups d'Etat militaires, plusieurs insurrections, divers conflits politiques et ethniques, qui ont rien fait sinon contribuer au renversement de l'ordre social dans le pays. facilitant la progression de la crise politique et contribuant ainsi à la régression de l'économie.

Mots-clés: Guinée-Bissau, Démocratie, Elections, Coup.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP- Assembleia Nacional Popular.

BM- Banco Mundial.

CEDEAO- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

CEMGFA- Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas.

CNE- Comissão Nacional das Eleições.

CNG- Conselho Nacional da Guiné.

CPLP- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

FARP- Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

FCFA- Franco das Colônias Francesas em África.

FLING- Frente da Libertação Nacional de Guiné.

FMI- Fundo Monetário Internacional.

MACS- Matemática Aplicada a Ciências Sociais.

MISSANG- Missão Militar Angolana.

ONU- Organizações das Nações Unidas.

PAICV- Partido Africano para Independência de Cabo-verde.

PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde.

PCD- Partido da Convergência Democrática.

PDC- Partido para Desenvolvimento e Cidadania.

PRS- Partido da Renovação Social.

PUSD- Partido da União Social Democrata.

RGB-MB- Resistência Nacional da Guiné- Movimento Bafatá.

STJ- Supremo Tribunal da Justiça.

UM- União para Mudança.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I - O SONHO DEMOCRÁTICO	16
3	CAPÍTULO II - ESPERANÇA DEMOCRÁTICA	26
4	CAPÍTULO III - AINDA ESPERANDO A DEMOCRACIA	35
5	CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, assistimos vários países desenvolvidos e subdesenvolvidos, passando por momentos conturbados e de tensões políticas, como exemplo temos o próprio Brasil, aquando do impeachment conta o Fernando Collor, no momento o país passava por crises que supostamente foram geradas pelo próprio Governo, mas mesmo assim, para destituir o Presidente eleito democraticamente, não foi preciso intervenção de nenhuma força interna ou externa, muito menos insurreições ou tentativas de golpe.

A necessidade de ultrapassar qualquer crise ou de resolver qualquer problema seja de cunho político ou económico sempre foi comum no mundo, e pra isso alguns países adotam medidas que são cabíveis e que não colocam em causa o bem comum.

Já na Guiné-Bissau, na maioria dos casos se não em todos, isso tem sido diferente, pois os problemas são enfrentados do jeito que certos grupos julgarem pertinente.

Por isso temos vivido num Estado considerado falhado, por conta de todos os acontecimentos e impasses políticos, desde a independência no ano de 1973, até os dias atuais.

Acontecimentos estes que tiveram como resultados: o fracasso político-presidencial, promoção de divisões étnicas, golpes e assassinatos, regressão económica etc.

Tudo começou depois da conquista da tão sonhada e esperada independência, esta que o nosso líder Amílcar Cabral teve a infelicidade de não assistir, por motivo de assassinato.

Após a independência o país teve como líder e primeiro Presidente da República, um Cabo-Verdiano, mesmo com todas as pequenas inconformidades que já começava a instalar no seio daqueles dois povos. Alguns políticos e combatentes da liberdade da pátria Guineenses alegavam sempre de que os Cabo-Verdianos sempre ocupavam posições privilegiadas e altos cargos políticos, e que estes pouco tinham feito para o país uma vez que nem na arma seguraram para combater contra o colonialismo.

O grupo que deu sangue e suor para libertar o país, esse mesmo grupo tornou-se incapaz de dirigir o país quando liberto.

A intelectualidade da luta que vínhamos referindo, foi, porém, incapaz de continuar a superar-se após a conquista da independência. Salvo raras exceções, a maioria caiu num conformismo que a impediu de se superar, quer politicamente quer do ponto de vista cultural. Uma das consequências desta atitude foi o que J. Forest classificou de "political delinkage" do estado da sociedade, originado, quanto a ele, por quatro razões: 1) insuficiente número de membros do partido dedicados a continuar a consolidar o PAIGC como um movimento popular e implantado na base e, ao mesmo tempo, a construir um novo governo; 2) o recurso por parte da liderança do partido aos milhares de quadros da administração colonial, que pouca ligação tinham com o povo, para fazer funcionar a máquina administrativa; 3) a

absorção dos próprios líderes políticos por um estilo de vida urbano orientado para o consumo; 4) fraco estudo e internalização pelos membros do partido dos escritos e das ideias políticas de Amílcar Cabral. (CARDOSO, 2002, p. 19)

Segundo Cardoso, (2002) assim começou o discurso da existência de um grupo de elite política, na Guiné-Bissau e esta seria uma segunda fase da formação elitica no país, uma fase de constituição de um grupo de elite política e com poderes altamente elitistas.

Grupo este que, privilegiava certos cidadãos e sobre tudo os da nacionalidade cabo-verdiana afinal a maioria destes eram cabo-verdianos que gozaram de certos privilégios durante a colonização e continuaram gozando destes mesmos privilégios pós-independência.

A justificativa da afirmação acima é o golpe de Estado de 1980, conhecido como conselho de revolução, cujo principal objetivo era depor o Presidente Luís Cabral, este de Nacionalidade cabo-verdiana e que almejava aprovar nova Constituição que lhe daria mais poderes em relação ao Primeiro-Ministro Nino, autor do mesmo golpe.

Nino por sua vez, depois de assumir o poder não tardou para efetivar novas leis que lhe dariam poder e legitimidade. Percebe-se assim que os interesses pessoais passaram a governar e o bem comum foi esquecido.

A situação que se seguiu ao 14 de Novembro reforçou esta tendência de concentração de poderes e de uma elitização da classe política. Um conjunto de alterações institucionais vieram reforçar o poder do Presidente. O Ministério das Forças Armadas e o Ministério da Segurança Nacional foram incorporados diretamente no gabinete do Presidente. A eliminação do posto de Primeiro Ministro ajudou a concentrar o poder nacional na Presidência. O país herdou assim uma classe política profundamente elitista. (CARDOSO, 2002, p. 20).

Conforme se pode perceber, de acordo com a citação, o Presidente que chegou ao poder por meio de um golpe de Estado, alegando que o ex-presidente não governava para a nação e sim para certo grupo de indivíduos assim como para as necessidades pessoais, chegou ao poder e não fez diferente, continuou reproduzindo as mesmas práticas do governo anterior se não de forma pior, tanto é que governou o país durante muitos anos sob mesmo regime de partido único.

Só depois de muitas insistências, “lutas” e reclamações de organizações que o mesmo aceitou abrir mão desse regime político e assim permitindo a entrada da Democracia no país.

Com a chegada da democracia, acreditou-se que a transparência, a legalidade, o direito, a segurança etc. seriam os parâmetros através das quais o país seria governado, afinal a democracia é o processo por meio do qual se cria estabilidade e segurança conforme a constituição. Infelizmente as coisas na Guiné-Bissau apenas pioraram.

A cultura “maquiavélica” passou a imperar no país, vários dirigentes políticos em sintonia com certos dirigentes das Forças Armadas, usavam de qualquer meio independentemente das consequências destes, para atingir seus fins.

O conflito militar conhecido como 7 de Junho, dos finais do ano de 1998 a início de 1999, é a primeira prova da cultura “maquiavélica” instaurada no país, seguida de golpe militar de 2003, e logo no ano seguinte 2004, assassinato do CEMGFA.

Depois foi a tentativa de golpe de Estado, no ano de 2008 contra o Presidente da República, tentativa esta que não se concretizou no momento, mas que no ano seguinte 2009, se concretizou e não só apenas foi morto o Presidente da República assim como também o atual CEMGFA na época.

E por último em 2012, Golpe militar que afastou do cargo de Presidente, o Presidente interino e impossibilitou a realização da segunda volta das eleições presidenciais decorrentes no país na época.

Este trabalho é realizado com objetivo de analisar e compreender os fatores que estiveram na origem dos fracassos presidenciais na Guiné-Bissau, fatores estes que impediram os presidentes eleitos democraticamente de concluírem os seus mandatos de conforme previsto na constituição da República.

O mesmo trabalho apresenta uma relevância que pode ser considerada de irrefutável indispensabilidade, visto que após o último Golpe de Estado do ano de 2012, o país passou por um regime de transição, por quase dois anos, até a realização de últimas eleições em 2014. O que se tem vivido atualmente na Guiné-Bissau é uma situação muito idêntica com o que aconteceu em 2005 quando Nino ganhou as eleições gerais do e durante seu mandato destituiu dois Governos, pois o mesmo já se repetiu com José Mario Vaz Presidente eleito nas eleições de 2014, este já destituiu dois Governos.

Então quem garante que o futuro não lhe reserva um fim igual ao de já falecido ex-presidente Nino, e assim ser mais um Presidente fracassado e que não concluiu seu mandato?

Para realização deste trabalho, adotei metodologicamente a pesquisa bibliográfica, de modo a discutir com mais profundidade o tema, o referido estudo é do tipo documental e descritivo que recebe aqui funções de cunho analítico.

O trabalho engloba no seu todo, 3 capítulos:

No primeiro capítulo fiz uma abordagem geral sobre o sistema monopartidário que vigorava no país no período pós independência.

No segundo e terceiro capítulo já com sistema multipartidária imperando no país, fiz uma análise de todos os Presidentes e os Governos desde as primeiras eleições gerais de 1994 até 2012, ano em que se deu último Golpe de Estado no decorrer das eleições presidenciais.

2 CAPÍTULO I - O SONHO DEMOCRÁTICO

A Guiné-Bissau se tornou um país unilateralmente independente em 24 de Setembro de 1973.

Data proclamada no mato de Madina do Boé pelos “Camaradas” do movimento de libertação, que hoje em dia é o “maior” partido do país o PAIGC.

O movimento era liderado por Amílcar Lopes Cabral, o maior protagonista da independência, que infelizmente não a assistiu porque foi assassinado.

Guiné-Bissau foi o primeiro país colonizado por Portugal na África a se autoproclamar independente, ainda em 1973, e a conseguir o reconhecimento de Portugal, um ano depois do dia 10 de Setembro de 1974. As independências de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde somente foram reconhecidas em 1975 (Lopes, 2012: 9).

A Guiné-Bissau a partir desta data até hoje, já com quarenta (43) anos de independência sofreu várias transformações, enfrentou muitas dificuldades e conheceu algumas barbaridades, atrocidades e terrorismos políticos.

O primeiro ato que justifica tudo é o assassinato do Amílcar Cabral, depois vem uma enorme lista de justificações que não posso citar tudo porque não findarei...

O país, desde a sua independência até os dias atuais, passou por dois grandes regimes:

- 1) O regime do Partido Único (Monopartidarismo) que data, de 1973 a meados de 1994.
- 2) O regime de Vários Partidos (Multipartidarismo) que data de 1994 até o ano de 2014, ano em que foram realizadas as últimas eleições gerais.

“O primeiro regime (Monopartidarismo) que permaneceu no país por cerca de 20 anos, foi presidido por Luís De Almeida Cabral, irmão do Amílcar Cabral, eleito presidente do conselho do Estado, na primeira Assembleia Nacional Popular realizada nos finais do ano de 1972, tornando-se assim, no primeiro presidente da república da Guiné-Bissau até o dia 14 de Novembro de 1980, data em que sofreu um golpe de estado desencadeado por general João Bernardo Vieira vulgo “Nino Vieira” que se encontrava como primeiro ministro” (In «Portugal Divulgação», nº 8, Março/Abril 1979. Publicação bimestral da Direcção-Geral da Divulgação – Ministério da Comunicação Social).

Na altura o golpe desequilibrou totalmente o país, pois o Luís Cabral durante o seu mandato trabalhou muito nos processos de manter relações e cooperações com vários países, principalmente com o próprio Portugal.

Durante o seu mandato, Luís Cabral desenvolveu uma política externa de aproximação a Portugal, aonde se deslocou oficialmente para conversações no âmbito da cooperação institucional, procurando assim criar um acordo de amizade entre estes dois países.

Segundo o portal «Portugal Divulgação», nº 8, o acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e a Guiné-Bissau data de 11 de Junho de 1975, em que é reconhecida a existência de “especiais laços de amizade e solidariedade entre os respectivos povos”, o que determinou uma “política comum de cooperação com vista a reforçar esses laços”. Este acordo geral apenas indica as formas de cooperação recíproca nos vários campos, tais como o financeiro, econômico, técnico, científico, cultural, judicial, diplomático e consular. Mas a definição concreta desta cooperação seria estabelecida por diversos acordos especiais.

A cooperação continuou com os governos portugueses eleitos, nomeadamente com a tomada de posse do I Governo, no dia 23 de Julho de 1976, dirigido pelo Dr. Mário Soares, na sequência do Partido Socialista ter ganho as primeiras eleições legislativas em Portugal, realizadas no dia 25 de Abril daquele ano.

A prova do bom entendimento entre Portugal e a Guiné-Bissau foi o que aconteceu em Janeiro de 1978 com a visita a Portugal de Luís Cabral, Chefe de Estado da Guiné-Bissau – o primeiro Chefe de Estado de uma antiga colónia portuguesa a visitar Portugal. Foi a primeira viagem oficial que, naquela qualidade, efetuou a Portugal, tendo a visita constituído “um conteúdo histórico especial em que a amizade e a solidariedade entre os dois povos, bem como o aproveitamento de tudo quanto o passado comum teve de útil permitem atualmente o desenvolvimento de relações seguras entre ambos os países (...) as relações entre os dois países são um facto de consolidação da independência da Guiné-Bissau” Também reconheceu os “propósitos não neo-colonialistas de Portugal, o seu conhecimento da nossa terra e a grande eficácia dos técnicos portugueses”¹⁵⁸. (In «Portugal Divulgação», 1978, p. 157)

Por fim inaugurou-se em fevereiro de 1979, na Embaixada de Portugal, em Bissau, um Centro Cultural Português, dividido em dois blocos.

Um para funcionar de aulas, aberto a toda camada populacional principalmente aos jovens, e outro para servir de biblioteca.

Blocos estes que nos dias atuais em Bissau, não atuam mais na base dos seus objetivos que era de atender o público, apenas os privilegiados têm acesso estes lugares hoje em dia e olhe lá...

As cooperações e relações entre Guiné-Bissau e Portugal, com ajuda e dedicação do Presidente Luís, “perduraram” até o dia 14 de Novembro de 1980.

Essas cooperações eram importantes na minha concepção, pois a Guiné-Bissau embora já independente na altura, mais ainda era um país que precisava de muitas relações para poder encontrar um rumo significativo e desejável, tanto politicamente, como economicamente.

Isso seria melhor ainda, sendo com um país como Portugal, que posso atribuir o título de responsável pela situação que se tinha instaurado na Guiné-Bissau, portanto nenhum outro país melhor que o mesmo, para “sara” aquela ferida.

Por isso que, por um lado, a meu ver, golpe não foi melhor caminho escolhido, porque ele fez com que todas as cooperações que o Luís fez com o país que tinha que ser feito, a fim de oferecer apoios em vários setores da Guiné-Bissau com objetivo de reparar ou de alguma forma

pagar pelo que causaram a aquele país, só que como já tinha dito anteriormente isso foi travado, dia 14 de Novembro de 1980.

Ano em que o governo dele foi interrompido, por meio de um Golpe de Estado, desencadeado pelo João Bernardo Nino Vieira que era o Comissário-Principal (Primeiro Ministro na época).

Este que segundo a Jornal «Portugal Hoje», 16/11/1980 alegou que a nova Constituição da República, aprovada no dia 10 do mês de Novembro, teria aumentado os poderes do Presidente, Luís Cabral, em detrimento dos poderes dele. Por isso os processos do golpe foram acelerados, pois, o golpe de estado estaria previsto para uma data posterior.

O mesmo ainda afirmou que a crise política já era sentida e declarou que corriam já rumores que a partir do dia 1 de Janeiro do ano seguinte ele seria substituído na chefia do Governo e das Forças Armadas.

Para finalizar, a importância que os Cabo-verdianos tinham na direção do país, fato que já era motivo de incômodo para alguns políticos influentes Guineenses, desde o período da Luta Armada até depois da conquista da independência.

Como já havia pronunciado anteriormente, o país naquela época era mescla, formado por dois povos diferentes, Guineenses e Cabo-verdianos com objetivos em comum, libertar-se do jugo colonial, como dizia o líder desses povos, Amílcar Cabral em um seminário de formação de quadros do PAIGC em 1969: "O significado de nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser" (Cabral, 1974, p. 7).

Infelizmente essa união chegou ao seu fim, justamente após o golpe que depôs o Luís, isso porque os militantes que militavam o partido desde sua fundação decidiram pôr fim a toda relação política com o mesmo partido.

“(…) Ouvido e debatido o discurso introdutório do Secretário-Geral do Partido, ciente de exprimir a vontade da grande massa dos militantes em Cabo Verde, através dos seus delegados eleitos e mandatados para o efeito, a Conferência Nacional do militantes do Partido em Cabo Verde.

1 – Aprova o discurso introdutório apresentado pelo Secretário-Geral do PAIGC e decide adoptá-lo como documento da Conferência. (...)

3 – Erige-se em Congresso e proclama a existência de um Partido Nacional em Cabo Verde com a designação de «PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV).

4 – Assume para o PAICV todo o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e o Pensamento de AMÍLCAR CABRAL como guia da sua acção.

5 – Adopta para o PAICV o Programa e os Estatutos do PAIGC em tudo o que não seja incompatível com as novas realidades” («Do PAIGC ao PAICV»-Documentos, edição do PAICV, Abril de 1981, páginas 109 a 114).

Isso culminou na criação do PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo-Verde, já o PAIGC permaneceu como sempre e tendo apenas significado para Guiné-Bissau.

Como eu tinha dito anteriormente que, por um lado no meu ponto de vista, não vejo golpe como a melhor decisão tomada, já por outro lado também, não o vejo como a pior decisão tomada, mais que por mim ambas as partes podiam procurar outra forma de resolver esse problema, uma dessas formas seria o diálogo na base da democracia e união.

Por que é que por outro lado talvez o golpe não fosse a pior decisão tomada, e sim um caminho errado escolhido para resolver o problema naquele momento?

Primeiro pelo comportamento dos militantes Cabo-verdianos que militavam no partido do PAIGC, por resolverem abandonar o partido e o pacto que sempre os uniu logo após o golpe, aí claro que vai ter o argumento de que não eles o fizeram porque houve golpe de estado, mesmo assim eu acho que pelos 11 anos que esses dois povos passaram no mato lutando por um mesmo objetivo, a primeira coisa a se fazer depois do ocorrido não seria a desunião, sem contar que na altura Cabo-verdianos ocupavam grandes cargos e posições no país o que facilitaria muito um debate interno e uma possível resolução dos problemas.

Outro motivo é o dos fuzilamentos.

Segundo a revista «PÚBLICA» do jornal «PÚBLICO», com o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por Portugal, o PAIGC prometeu que iria tratar com humanidade os 27 mil tropas Guineenses que atuaram do lado dos portugueses durante a guerra, estes receberam seus seis meses de ordenado e foram desarmados e entregues ao Governo, assim que as autoridades portuguesas abandonaram o país, os primeiros foram logo executados, e ainda constava nas certidões de óbito: “faleceu por fuzilamento”.

Mais de centenas de militares Guineenses foram mortos de forma desumana e brutal.

A forma desumana como se comportou o Governo do novo Estado, sem o menor respeito por quaisquer princípios ou direitos, transformou a descolonização daquele território num crime contra a Humanidade, que teve como epílogo o exílio forçado de largos milhares de guinéus na República do Senegal, o fuzilamento sumário, sem julgamento, dos que haviam servido nas Forças Armadas Portuguesas ou nas Milícias e a prisão e tortura de tantos outros, apenas acusados de terem colaborado com os portugueses (País sem Rumo, Contributo para a História de uma Revolução, DE SPINOLA António, Editora SCIRE, 1978, p 278).

Segundo uma Reportagem feita pelos jornalistas Eduardo Dâmaso, Adelino Gomes e o fotógrafo Pedro Cunha, concluiu-se que “Em seis anos de independência total da nossa terra, 500 pessoas foram fuziladas sumariamente, sem julgamento, e enterradas em valas comuns nas matas de Cumeré, Portogole e de Mansoa. Publicamos hoje, os nomes de algumas pessoas que foram massacradas pelo regime de Luís Cabral, pois só as fichas criminais é que chegaram ao conhecimento do Conselho da Revolução. Sabe-se que muitos camaradas das FARP (Forças

Armadas Revolucionárias do Povo, exército do novo Estado), discordaram do regime e das injustiças de que eram alvo, (...) e antigos comandos africanos criados pelas autoridades do colonialismo português na nossa terra foram mortos pelos Serviços de Segurança do Governo deposto. São bem conhecidos do nosso povo os crimes cometidos pelos elementos dos ‘comandos africanos’ junto das populações indefesas. Era justo que fossem julgados e condenados pelos seus crimes. Mas tal não aconteceu. O regime de Luís Cabral violou flagrantemente as normas dos direitos do homem e nenhum comando africano, nenhum dissidente, foi levado a tribunal. Foram executados barbaramente no meio das florestas, contra os mais elementares princípios de justiça e contra os princípios do nosso glorioso partido”.

Os fuzilamentos não deram em nada se não nas perdas causadas aos familiares das vítimas, na má imagem que o país ganhou mundo fora e na total perda de confiança do atual governo principalmente da pessoa do Presidente da República.

Como o Mário Cabral, comissário de Estado para o Desenvolvimento Rural, em entrevista ao jornal português, Portugal Hoje (1980), afirmou:

Com o movimento do 14 de Novembro foi possível descobrir uma série de atrocidades e barbaridades praticadas pelo regime de Luís Cabral. Efetivamente como os senhores jornalistas já tiveram oportunidade de ver, há muitas valas comuns onde foram enterrados concidadãos nossos, que estariam presos por razões de vária ordem, mas normalmente de natureza política. Entre os massacrados contam-se discordantes do regime, o grupo de Malasanha, que o ano passado tentou fazer um golpe, e até os antigos comandos africanos.

Mário Cabral iliba Nino Vieira desses fuzilamentos ao afirmar:

Efetivamente já foi dito e redito pelo próprio camarada presidente do Conselho da Revolução, que ele era completamente alheio a essa situação. Até porque alguém confessou que uma das principais pessoas visadas era o camarada presidente do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira. Quer dizer, havia uma suspeita, pessoas que pensavam que poderia haver um levantamento popular e que esse levantamento poderia ser encabeçado pelo camarada João Bernardo Vieira, que gozava, e goza, de um grande prestígio entre o nosso povo. Entre as pessoas massacradas contam-se familiares do camarada João Bernardo Vieira e inclusive, do próprio comissário da Justiça, camarada Fidelis Almada, o que dá ideia que também nem ele próprio sabia.

Uma pergunta que se pode fazer sobre este caso, seria de questionar o próprio Nino se ele não se compactuava com o ocorrido, pois ele era Primeiro Ministro durante este governo e também o fato dele ter revelado esses crimes só depois de ter chegado ao cargo do Presidente da República.

Havia especulações de que tudo não passava de um levantamento popular desencadeado pelo próprio Nino para incriminar o governo anterior, pelo fato de o mesmo ter alguns familiares que teriam sido executados nos campos de fuzilamentos. Mas como afirma o próprio Mário, Nino era completamente alheio a aquela situação.

O terceiro motivo por qual o golpe não teria sido a pior escolha e sim um caminho errado escolhido, aparece lá em cima, quando apontei os motivos que segundo o movimento de 14 de Novembro desencadearam o Golpe, o primeiro motivo apontado é o de aumento das regalias do Presidente sobre o Primeiro Ministro, aprovada na nova Constituição dia 10 de Novembro.

Pela situação em que o país se encontrava, considero que havia coisas mais urgentes para se pensar e não no poder ou nas regalias. Uma vez que já se teve descontentamento por parte de alguns políticos Guineenses em relação aos Cabo-verdianos, por alegarem que os mesmos (Cabo-verdianos) ocupavam grandes lugares na direção do país, como já vimos no parágrafo anterior, ele por sua vez não teria aprovada essa referida constituição e assim evitaria mais possíveis pensamentos e rumores de que de fato os Cabo-verdianos possuíam mais poderes e regalias que os Guineenses.

Após todo o ocorrido, a separação dos militantes, a criação de outro partido, óbvio que os Cabo-verdianos não se contentaram com o que tinha acontecido, e teriam que reagir de algum jeito, e o jeito foi esse:

O conselho de Ministros emitiu um comunicado repudiando a ação do Nino.

Tendo tomado conhecimento do golpe de Estado perpetrado na noite de 14 de Novembro contra o regime constitucional instituído na Guiné-Bissau e designadamente contra o seu Presidente, Camarada LUÍS CABRAL, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC:

Face aos laços especiais que têm unido os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo Verde no processo da Reconstrução Nacional, com vista à Unidade, tendo como base a luta travada em comum sob a égide do PAIGC e dos ideais do seu Fundador, AMÍLCAR CABRAL; Na consciência de que foram postos em causa os princípios em que têm assentado o relacionamento entre os dois Estados e Governos; Coerente com o princípio do respeito pela identidade nacional de cada um dos povos e pela soberania e independência de cada um dos Estados; Ciente da sua responsabilidade de garantir a protecção e segurança dos caboverdeanos residentes na Guiné-Bissau;

O Conselho de Ministros da República de Cabo Verde, reunido em sessão extraordinária declara:

- a) Condenar o golpe de Estado, como contrário aos princípios que sempre nortearam o PAIGC para a resolução dos problemas do seu seio, seja qual for a sua natureza;
- b) Reservar-se o direito de rever as posições assumidas até agora nas relações entre os dois Estados;
- c) Tomar todas as providências no sentido de assegurar o regresso dos nacionais caboverdeanos que o queiram fazer;
- d) Continuar a pautar a sua acção pela construção de uma Pátria livre e Próspera para todo o Povo Caboverdeano, integrada numa África Unida e Forte.

O Governo continuará a seguir a evolução dos acontecimentos, e manterá a população informada de todas as medidas que considerar oportuno e conveniente tomar. O Conselho de Ministros apela a toda a população caboverdeana no sentido de se manter vigilante no prosseguimento das tarefas da Reconstrução Nacional. Honra e Glória à memória de AMÍLCAR CABRAL!

“Praia, 15 de Novembro de 1980” (SÁ 1981, p. 33).

Nino por sua vez elaborou uma carta e a enviou ao Aristides Pereira, secretário Geral do PAIGC na altura e ao Presidente da República de Cabo Verde.

Ao Camarada Aristides Pereira Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde

Camarada Secretário-Geral

Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos cujo desfecho era imprevisível capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução os objectivos e a linha do Pensamento do nosso Saudoso Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, no dia 14 do corrente mês de Novembro a tomar as medidas que a situação impunha. A integridade física do ex-Presidente do Conselho de Estado Luís Cabral e de sua família encontra-se garantida pelo Conselho da Revolução. A situação encontra-se normal em toda a extensão do território nacional. Não houve efusão de sangue nem quaisquer actos de vingança. Todos os cidadãos cabo-verdeanos que se encontram na República da Guiné-Bissau não foram vítimas de quaisquer actos. Permanecemos fiéis aos princípios e linha traçados pelo saudoso Camarada Amílcar Cabral e expressamos a nossa firme determinação de continuar a desenvolver os laços históricos que unem os nossos dois povos.

Saudações revolucionárias

Pelo Conselho da Revolução

João Bernardo Vieira (Nino)¹⁸⁰ (179 Idem, páginas 37 e 38. 180 Idem, página 41.)

Após todas essas discussões e acusações por parte da direcção do PAIGC e do PAICV, continuaram as pequenas inconformidades entre o Nino e o Aristides, e essas inconformidades se perduraram por meio de cartas que trocavam um para o outro.

Eis aqui algumas provas das cartas trocadas pelos mesmos:

- “Em que é que o PAIGC tem entravado a afirmação da identidade nacional do povo da Guiné? Em que é que o PAIGC tem impedido que o povo da Guiné seja senhor dos seus destinos? Que pensar Nino da fidelidade devida aos nossos mártires como Domingos Ramos, Guerra Mendes, Chico, Pansau, Victorino, Rui, Corka, Saco Vaz, Titina, Justino Lopes, Jaime Mota e tantos outros camaradas que morreram pelos ideais comuns do PAIGC?” (Aristides Pereira para Nino Vieira, em 17/11/1980).

- “As discussões acerca do Ante-projecto da nossa Constituição política revelaram todas as anomalias que essa mesma Constituição comportava (...) Durante a reunião extraordinária da segunda Legislatura da ANP para aprovação da futura Constituição de maneira mais inaceitável e antidemocrática o camarada Luís Cabral, confiante do poder que detinha, influenciou certos quadros que impediram os deputados de tomar parte activa nas discussões da Constituição”. (Nino Vieira para Aristides Pereira, em 17/11/1980).

- “Encaro favoravelmente um encontro contigo no Sal em tê-a-tête em delegação ou as duas coisas conforme tua conveniência”. (Aristides Pereira para Nino Vieira, em 22/11/1980).

- “acerca da possibilidade do nosso encontro e considerando que o CNG e o Conselho dos Comissários de Estado ainda não se pronunciaram sobre a posição de Cabo Verde face aos acontecimentos do 14 de Novembro o Conselho da Revolução decide levar

ao conhecimento do camarada Secretário-Geral o seguinte: 1 – Que não considera de momento oportuno o envio de uma delegação a Cabo Verde pelas razões acima expostas. 2 – Que não obstante esse facto se mantém aberto a receber o camarada Secretário Geral em qualquer oportunidade que julgue conveniente a sua deslocação a Bissau”. (Nino Vieira para Aristides Pereira, em 12/12/1980).

- “Nem os dirigentes de Cabo Verde nem o povo caboverdeano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes as responsabilidades não só pela situação criada na Guiné mas também pelas consequências do golpe de estado na vida do partido e no projecto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis da Guiné. Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia”. (Aristides Pereira para Nino Vieira, em 16/12/1980).
(Jornal «Portugal Hoje», 1980, p. 181)

Essas tensões entre os dois só se acalmaram depois, e isso fez com que os dois países rompessem os laços relacionais tanto político como diplomata.

Segundo a Sá (2015) relações estas que só foram retomadas em 1982, em Maputo graças a Samora Moises Machel.

Já em Maio de 1984, foi alterada a constituição e o Golpe de Estado conhecido como: Conselho de Revolução foi substituído por: Conselho de Estado.

Mesmo assim o país continuou sob regime de Monopartidarismo, um regime quase que ditatorial, o movimento do 14 de Novembro tinha alegado que o golpe seria para por fim as dificuldades e desigualdades vigentes no país na época.

Infelizmente isso não foi o caso, pois as dificuldades mantiveram se não aumentaram, a economia do país despencou e acabou regredindo de forma drástica e assustadora que os dirigentes tiveram que recorrer a ajuda internacional.

A situação económico-financeira era tão grave que foi necessário recorrer a ajuda externa. Para este efeito, em Novembro de 1983 teve lugar uma reunião em Lisboa, liderada por Portugal, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) tendo em vista estudar a melhor forma de ajudar a Guiné-Bissau a sair do estado em que se encontrava. Dessa reunião saiu a promessa de uma ajuda de 15 milhões de dólares, que representavam 60 por cento do empréstimo considerado absolutamente necessário. (Jornal EXPRESSO, 1984, p. 185).

Admito que as cooperações internacionais e todas as organizações internacionais, como a ONU (Organizações das Nações Unidas) e todos os seus Órgãos, a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), FMI (Fundo Monetário Internacional) etc.

Até a própria CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) criada mais recente que os outros, todas essas organizações elas objetivam facilitar a cooperação em termos de direito e segurança internacional, desenvolvimento económico, político e social, garantindo os direitos humanos e a paz mundial.

Porém, ajuda internacional é fato que vem repetindo durante toda a história da Guiné-Bissau, até os períodos mais recentes ainda continuamos sendo suportados por outros países e outras organizações, o que a meu ver, tem suas desvantagens, porque um país que diz ser independente tem que buscar o mínimo que for para atingir a autossuficiência.

Caso contrário se torna um país muito “dependente” que perde as regalias e os estatutos internacionais, o que o faz tornar minúsculo perante outros países, independentemente da sua dimensão territorial.

Enfim, Nino no poder conduziu o país durante 12 a 13 anos, até que em meados de 1990 em diante, começaram movimentos de algumas organizações que visavam uma implementação da verdadeira democracia no país.

É o exemplo do movimento Bafatá que em 1990 tinha apresentado várias propostas ao PAIGC, entre elas apareceu à proposta da criação de um governo de transição que encarregaria de organizar as esperadas eleições gerais e democráticas, em que todos teriam a liberdade de fazer a sua própria escolha.

Já em 1991, os pedidos do Movimento Bafatá, partido que teria feito um pedido ao PAIGC, com a proposta de supressão do regime monopartidária instalada no país e não só como de outros partidos também, foram atendidos e se permitiu a criação e efetivação de vários partidos políticos, o país entraria assim em um novo e esperado regime político.

O congresso extraordinário do PAIGC e a revisão da Constituição de 1991 permitiram uma certa abertura do regime, levando à legalização de partidos políticos, há anos instituídos e outros entretanto em formação, mas cuja acção política era executada como se estivessem na clandestinidade: não podiam concorrer às eleições para deputados à Assembleia Nacional Popular, nem para os órgãos regionais, nem muito menos para Presidente da República (Diário de Notícias», de Lisboa, 1990)

Mas mesmo assim só no ano de 1994, concretamente dia 3 de Julho de 1994, ano em que foram realizadas as primeiras eleições de fato democráticas, e concorreram vários partidos políticos e muitas figuras públicas a cargo do Presidente da República inclusive o próprio Nino.

Foram oito partidos políticos na disputa para elegerem deputados para Assembleia Nacional Popular e oito candidatos a cargo da presidência que são:

- 1) João Bernardo Vieira (Nino) – apoiado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC);
- 2) Carlos Domingos Gomes – apoiado pelo Partido da Convergência Democrática (PCD);
- 3) Domingos Fernandes Gomes – apoiado pela Resistência Nacional da Guiné – Movimento Bafatá (RGB-MB);
- 4) François Kankoila Mendy – apoiado pela Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING);

- 5) Vitor Saúde Maria – apoiado pelo Partido da União Social Democrata (PUSD);
 - 6) Antonieta Rosa Gomes – apoiado pelo «Forum Cívico Guineense» - SocialDemocrata;
 - 7) Koumba Yalá – apoiado pelo Partido da Renovação Social (PRS);
 - 8) Bubacar Djaló – apoiado pela União para a Mudança (UM), uma coligação de seis partidos.
- (Revista «VISÃO», 1998 p. 190)

Estas eleições foram às primeiras eleições gerais feitas no país, desde que conquistou a sua independência, ou seja, mais de 25 anos depois da independência o maior e único partido até a data destas eleições, governou e vem governando o país sob regime fechado.

Muito embora passando por duas presidências, a primeira do Luís Cabral e a segunda do Nino Vieira, que se encontrava justamente em exercício até as realizações das novas eleições.

A Guiné-Bissau naquele momento estaria assim registrando uma marca muito significativa na sua história, apesar de no futuro isso não ter triunfado e trazido para o país resultados esperados, mas foi um dia muito importante na história do mesmo.

3 CAPÍTULO II - A ESPERANÇA DEMOCRÁTICA

“Todo o desenvolvimento de uma classe que escapasse ao controle do grupo dos que vieram da luta ou que não caísse nas graças destes, foi morto ainda em embrião, pelo menos até 1991. Só a partir desta data é que se tornou possível, na linguagem de Max Weber, viver para a política e da política.”

Carlos Cardoso

A partir dessa data de fato a política passou a ter pelo menos a cara que a população desejava, mesmo que havendo manipulações, fraudes e ou outros tipos de irregularidades, não eram tão transparentes para o povo até que aconteça alguma intervenção militar ou algum conflito político, para que todos tomassem conhecimento do que se passava.

Ou seja, Democracia era o que estava escrito no papel, só que na prática ainda podia se dizer que era na verdade uma “Ditadura modernizada”.

Realizadas as eleições gerais de 3 de Julho de 1994, foram estes os seguintes resultados:

Contados os votos, o PAIGC obteve a maioria dos 100 deputados na Assembleia Nacional Popular, cujo resultado foi o seguinte:

PAIGC, 62 deputados;

Movimento Bafatá, 19;

PRS, 12;

UM, 6;

FLING, 1.

Relativamente aos resultados para Presidente da República, os dois candidatos mais votados foram Nino Vieira e Koumba Yalá. Mas nenhum deles teve maioria absoluta, o que motivou ter havido segunda volta, no dia 7 de Agosto.

O processo eleitoral foi concluído com a vitória de Nino Vieira por uma margem de 12.000 votos, face ao segundo candidato. (Revista «VISÃO», p. 190, 1998)

O PAIGC, apesar de todas as crises internas que vem enfrentando desde que se deu o Conselho de Revolução em 1980, que culminou na separação da Guiné-Bissau e do Cabo-Verde, que também instalou no seio do partido uma série de discussões e desconfianças entre os dirigentes do mesmo, etc.

Mesmo assim os dados dos resultados das eleições confirmaram que o partido ainda manteve a força e a fama que sempre teve desde a sua formação no mato, a conquista da Independência, até o regime considerado mais democrático e legal para o povo.

Pois a população Guineense fez com que o partido obtivesse grandes resultados nas eleições legislativas dando-o maior número de Deputados para Assembleia Nacional Popular, e não só.

Como também fez com que o candidato apoiado pelo partido nas eleições presidenciais garantisse bom resultado, apesar de ter existido uma segunda volta entre o candidato do partido e o da oposição, mas nada que pudesse impedir a vitória.

Bem com a vitória do PAIGC, Nino eleito, e tornando assim no primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau eleito democraticamente, o país estava conhecendo um novo marco histórico e a população começou a ter novas esperanças de que a verdadeira Democracia estava beirando para cair sobre o chão daquela terra, trazendo a Paz, o Desenvolvimento Político e Económico e consequentemente o Bem-Estar para todos.

“O processo eleitoral foi concluído com a vitória de Nino Vieira por uma margem de 12.000 votos, face ao segundo candidato”. (Revista «VISÃO», 1998, p. 190)

Só quando as coisas pareciam estar caminhando muito bem e de forma esperada, foi só passarem sete meses depois de o Governo assumir o país, surgiu uma crise política, crise esta gerada no seio do próprio partido e isso fez com o Nino Vieira tivesse que fazer uma remodelação do Governo que na altura tinha como o Secretário-Geral Manuel Saturnino Costa.

Mas o ano de 1994 não foi o fim da crise política. Passados sete meses da posse do Governo, liderado pelo secretário-geral do PAIGC, Manuel Saturnino Costa, o Presidente Nino Vieira viu-se obrigado a remodelar o Governo por razões que se prendiam com a falta de abastecimento de géneros alimentícios à população. Em Agosto de 1995, eram escassas as reservas alimentares. O preço do arroz importado – principal fonte de alimentação – era vendido a preços incomportáveis para o bolso da maioria da população. O tempo passava sem que a economia e as finanças fossem suficientes para resolver os problemas sociais das populações. Nem mesmo os apoios dados no âmbito da cooperação internacional chegavam para resolver os graves problemas existentes.

Em Maio de 1997, tiveram lugar manifestações e greves contra o Governo, por parte de enfermeiros, professores, estudantes e bancários. A agitação social não ocorreu somente em Bissau, mas estendeu-se a Bafatá e a outras localidades. Nino Vieira decidiu destituir o Governo de Saturnino da Costa, em Junho daquele ano, nomeando Carlos Correia para Primeiro-Ministro, fazendo a vontade das bases do PAIGC e dos partidos da oposição. (Revista «VISÃO», 1998, p. 190)

Conforme se pode ver na citação acima, o Presidente acabou por destituir o Governo de Manuel Saturnino e nomeando o Carlos Correia para o cargo do Primeiro Ministro, tudo com intuito de achar uma saída para solucionar as fortes crises que abalavam o país.

Só que infelizmente a destituição do Governo do Manuel Saturnino um Antigo Combatente da Liberdade da Pátria, ainda vivo, um Homem que teve o privilégio de conhecer e cujos filhos são meus Amicíssimos, não trouxe o resultado esperado pelo Presidente, pois as coisas não andaram para a direção desejada, o que fez com que o Presidente fizesse nova destituição dessa vez não do governo e sim do seu Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

Sensivelmente um ano depois, em 7 de Junho de 1998, Nino Vieira destituiu o brigadeiro Ansumane Mané do cargo que tinha no CEMGFA. O que antes se passou teria sido uma tentativa de assassinato de ambos os lados, o que motivou seguidamente uma intensa rebelião com características de guerra civil. Mas algumas das razões da revolta de Ansumane Mané teriam sido os baixos salários nas Forças Armadas, a desorganização, a corrupção e a perda de estatuto dos «Combatentes da liberdade», que combateram contra o domínio colonial de Portugal, para além de alegado tráfico de armas.

A crise foi de tal ordem que Nino Vieira, para manter-se no poder, pediu auxílio ao Senegal que enviou tropas para defenderem o Presidente e chegou a atacar civis guineenses em Ingoré (Norte da Guiné-Bissau). A Guiné-Conacri também acabou por auxiliar Nino Vieira. (Revista «VISÃO», 1998)

Ficou logo evidente que a crise foi iniciada, pelo próprio partido, pois na citação percebemos que antes da destituição do Ansumane do seu cargo de CEMGFA teria acontecido uma tentativa de assassinato tanto da parte dele como da do próprio Presidente da República, o que com certeza deixou um mau clima entre os dois e consequentemente no seio do partido e do próprio Governo.

E por outro lado, o Ansumane alegou que os motivos pelo qual teriam criado uma rebelião que culminou numa grande guerra civil dentro da Capital teriam sido:

- baixos salários nas forças armadas;
- desorganização, corrupção e a desvalorização do estatuto dos Combatentes da Liberdade da Pátria;
- possíveis tráficos de armas;

Estes foram os motivos pelo qual Ansumane e suas tropas criaram essa guerra civil, conhecida como 7 de Junho, guerra essa que perdurou 11 meses na capital Guineense. A guerra foi tão intensa que o Presidente Nino teve que pedir ajuda do Senegal, que por sua vez mandaram tropas a capital Guineense para lutar a favor do mesmo e não só o Senegal assim como a Guiné-Conacri também mandou suas tropas para lutar do lado do Presidente da República. (Revista «VISÃO», 1998)

Este conflito foi tão violento e causou vários prejuízos, que tirou a vida de milhares de civis e inocentes, obrigando a população a um refúgio forçado.

Na época desta guerra eu tinha apenas 6 a 7 anos de idade, mas ainda guardo memórias das barbaridades que tive que presenciar e que tenho a certeza de que milhares de outras crianças também tiveram que passar o mesmo, se não pior.

Lembro-me que eu e minha família refugiamos para o Norte da Guiné-Bissau, para uma aldeia chamada Macá de um tio meu. Esta aldeia fica a poucos quilômetros do Ingoré, onde tropas Senegalesas atacaram civis Guineenses, foi durante essa fuga que tive que presenciar cenas que não desejo presenciar nunca mais na minha vida e não desejo que ninguém presencie muito menos uma criança.

De todas as barbaridades que vi aos olhos nus, apenas guardo memória de duas. A primeira cena que vi durante a guerra, foi a de uma pobre mãe que foi forçada a separar do próprio filho por motivo de uma carona para chegar ao lugar do refúgio, ela cedeu lugar ao filho e ficou no meio do mato na esperança de achar outra carona que a fizesse juntar ao filho novamente, infelizmente isso não foi o ocorrido, pois o carro que levou o filho dela foi atacado na frente pelas tropas rivais e todos inclusive o filho dela foram mortos.

A outra cena, mais chocante foi a de um jovem morto na minha frente pelas tropas nacionais, por terem o confundido com os “Aguentas” nome dado às tropas senegalesas durante o período da guerra. O jovem estava de um short conhecido como o short das tropas senegalesas, no momento passava um carro cheio de tropas nacionais (Junta Militar) quando o motorista percebeu-se do rapaz freou bruscamente e deu ré, um dos militares desceu do carro e mandou o rapaz subir no carro, o pobre sem entender o que se passava perguntou ao militar por que ele teria que subir no carro e este por sua vez não explicou nada ao rapaz e tornou mandá-lo subir no carro, o rapaz respondeu que não iria subir sem saber o que se passava, foi aí que desceu outro oficial do carro e disparou a queima roupa contra o jovem, na frente da mãe do mesmo, que se aproximava quando percebeu da presença dos militares conversando com o filho dela. Infelizmente só deu tempo dela chegar e escutar um militar dizendo ao menino além de conspirar com as tropas rivais, porque o short dizia tudo, ainda resistia à prisão.

E quanto a mim, só deu tempo do meu primo me tapar os olhos e me virar de costas para não ver toda a ação.

São estas duas memórias, e mais infinitas coisas que passei e tenho a certeza que também milhares de Guineenses passaram e viram piores coisas do que eu vi que me fizeram e me fazem até hoje entender de que a guerra independentemente de que natureza for, traz mais prejuízos e desastres do que benefícios.

Sem contar com empresários que tiveram suas Empresas fechadas e nunca mais conseguiram superar as crises, e os prejuízos, parcerias com outros países que foram canceladas, Bancos que fecharam as portas e nunca mais abriram, a própria destruição das principais infraestruturas da capital etc.

Segundo o Jornal «O Independente», 03/09/1999, esse caos político-militar conheceu um cessar-fogo, em Abril de 1999 quando o Nino e Ansumane assinaram um acordo de paz, de formação de um governo provisório até a realização de novas eleições. Esse acordo foi violado logo depois pelas tropas do Ansumane, ocupando o Palácio presidencial e outras zonas de Bissau, incluindo o aeroporto de Bissalanca, e apreendido armamento aos soldados senegaleses. Foi o fim do acordo e a fuga do Presidente Nino Vieira que se refugiou na Embaixada de Portugal, em Bissau. Depois exilou-se em Portugal, onde esteve alguns anos até voltar à Guiné-Bissau. O asilo político, com estatuto de refugiado, foi concedido pelo Governo português no dia 17 de Agosto daquele ano de 1999.

Com o Nino no exílio, subiu ao cargo do Presidente da República o ex-presidente da ANP, o Malam Bacai Sanhá, tendo como primeiro-ministro o Francisco Fadul.

Estes conduziram o país até a data marcada para realizações de novas eleições, data esta que é o dia 28 de Novembro do mesmo ano.

Perto as eleições alguns partidos por sua vez fizeram os seus congressos, com objetivo de reorganizar internamente o partido e estar apto para novas eleições.

É o caso do Movimento Bafatá do próprio PAIGC e dos demais partidos...

Para estas eleições concorreram 13 partidos às eleições dos Deputados e 12 candidatos a cargo da Presidência da República.

Feitas as eleições, o Partido da renovação Social (PRS) do Koumba Yalá, que tinha perdido as eleições passadas pelo Nino, ganhou as eleições legislativas e também Presidenciais.

Derrotou o PAIGC nas eleições legislativas. E o seu candidato o Koumba Yalá também derrotou no segundo turno das presidenciais, o candidato apoiado pelo PAIGC, o Malam Bacai Sanhá.

O Partido da Renovação Social (PRS), fundado em 1992 por Koumba Yalá, ganhou as legislativas e as presidenciais, derrotando o PAIGC e o seu candidato Malam Bacai Sanhá. Os votos obtidos por Koumba Yalá nas presidenciais (125.796, equivalente a 36%, contra 82.504 votos obtidos por Malam Bacai Sanha) obrigaram a realização de uma segunda volta entre ambos, nos primeiros dias de Dezembro, voltando a sair vencedor o líder do PRS, tendo tomado posse como Presidente da República em Fevereiro de 2000 (Jornal O Independente, 1999, p. 2).

Como aponta a fonte à cima citada, o novo Presidente da Guiné-Bissau o Koumba Yalá, foi empossado em Fevereiro do ano seguinte a realização das eleições.

Ele por sua vez, adotou uma medida que parecia ser muito viável e reconciliadora para o país, ele decidiu trabalhar com a oposição no seu Governo, é o exemplo do Helder Vaz o Presidente do Partido do Movimento Bafatá, este ganhou o cargo do Ministro da Economia e Desenvolvimento Regional.

E também o Ansumane Mané, que teve o convite para fazer parte do Governo e participar de uma comissão encarregada do complexo problema dos independentistas da região de Casamansa, integrada no Senegal, apesar de que, na altura ele era considerado um dos personagens principais pela situação na qual o país foi se parar até as realizações das eleições.

Mesmo assim o Presidente eleito achou por bem que o melhor naquela altura talvez fosse inclui-lo no novo Governo que teria a responsabilidade de tirar o país da situação em que o Nino e o próprio Ansumane o deixaram.

Infelizmente ele não aceitou o convite do presidente da República tampouco o cargo oferecido pelo mesmo.

O novo Governo teve a participação de militantes de outras forças políticas, como foi o caso de Helder Vaz, líder do Movimento Bafatá, que foi Ministro da Economia e Desenvolvimento Regional. Ansumane Mané, principal responsável da Junta Militar que colocou Nino Vieira fora da cena política, não fez parte da estrutura militar após as últimas eleições. Mas o Governo pretendeu atribuir-lhe um estatuto condigno convidando-o para fazer parte de uma comissão encarregada do complexo problema dos independentistas da região de Casamansa, integrada no Senegal. Só que não teria aceite tal cargo (Tribuna da Madeira, 2001).

A política parecia ter encontrado o seu rumo, com o mandato do Koumba Yalá, embora houvesse sempre aquelas inconformidades e provocações sempre dos Partidos opositores, perdedores e que não foram convidados a participar da gerencia do país.

Tudo parecia caminhar normal até que houve uma remodelação do governo, remodelação esta que depôs o Helder do cargo de Ministro da Economia que ocupava este insatisfeito, acabou por brigar com o Presidente, acusando-o de apenas contribuir para a desmotivação dos empresários nos investimentos no país.

Eu, enquanto Ministro da Economia do anterior governo, mantive um relacionamento excelente com o FMI e o Banco Mundial (BM). Infelizmente, após a minha saída esse clima deteriorou-se e, em consequência disso, tanto o FMI como BM optaram por suspender a aplicação de um programa de desenvolvimento económico durante quatro meses. Se na data limite não tiverem sido cumpridos certos requisitos, o programa não será reativado (revista VISÃO 2001).

O problema maior surgiu logo depois, concretamente no dia 30 de Novembro de 2000 com o assassinato do então Chefe das Forças Armadas, Ansumane Mané. Possivelmente por tropas que compactuavam com o governo do Presidente, pois o Ansumane e o Kumba já não se entendiam, desde que o Ansumane assumiu a chefia das Forças Armadas.

Este assassinato incendiou quase totalmente o país, as tensões de todo o tipo aumentaram. Aumentou o conflito dentro das próprias Forças Armadas e consequentemente tensões de tipo étnico, uma vez que nas Forças Armadas se encontram várias etnias, mas essas tensões deixaram o país muito instável e assim o governo do Kumba começou a perder créditos.

Acredita-se que a partir dessas tensões étnicas dentro das Forças Armadas, que se começou uma nova divisão política, divisão esta que instalaria uma enorme brecha entre as diferentes etnias Guineenses, sobretudo entre os mesmos Balantas e os Papeis, e isso teria começado com os Balantas por constituírem a maioria dentro das Forças Armadas.

Estes por sua vez acham que eles que seguram o país, por constituírem a maioria nas Forças Armadas, portanto podem e devem ser os detentores do poder político e militar segundo eles, já

os Papeis acreditam ser os mais inteligentes e corajosos, pois uma das figuras mais importantes do país fora Amílcar Cabral, era o Nino Vieira e este era Papel.

Esta espécie de Guerra-fria permaneceu e ainda permanece na capital Guineense, felizmente sem nunca ter desencadeado uma guerra sangrenta.

Voltando ao assunto, estas tensões apenas contribuíram para que o governo do Koumba fosse alvo das acusações, pouco a pouco, ele e o seu Governo, foram sendo acusados de corrupção e de desvio de fundos, que provinham das ajudas internacionais.

“A gravidade das acusações referidas nesse relatório¹⁹⁶, que alegadamente envolvem a Presidência da República e altos quadros civis e militares do Estado, faz pairar novamente o espectro da suspensão das ajudas internacionais, assim como contribuiu para minar a confiança dos investidores. Agora está em causa o sumiço de 885 milhões de francos guineenses (CFA), cerca de 270 mil contos ao câmbio oficial médio do Banco de Portugal de 0,30563 escudos”.

Até o Francisco Fadul, que foi primeiro-ministro durante o Governo de transição de 1998 e fundador do partido PDC – (Partido para o Desenvolvimento e Cidadania) não dispensou críticas ao país. “Se eu fosse empresário não investia na Guiné-Bissau”.

Foram fortes as acusações e críticas, tudo a respeito do governo, que no dia 14 de Novembro de 2002, Kumba anunciou que iria dissolver a Assembleia Nacional Popular, com pavor de perder o poder.

Só que antes que todos os planos dos deputados da ANP e do próprio Kumba fossem postos em práticas, deu-se no dia 14 de Setembro de 2003 um Golpe de Estado que depôs o Presidente Kumba.

Golpe este liderado pelo General Veríssimo Correia Seabra, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, nomeado pelo próprio Kumba, depois da morte do Ansumane, este alegou que o objetivo do golpe era de restaurar a ordem constitucional e a democracia.

O general Veríssimo Seabra Correia, que liderou o golpe de Estado na Guiné-Bissau, voltou hoje a garantir que os militares não tencionam "conservar o poder".

"A situação é particular: somos um país sem Constituição, sem Parlamento, sem justiça, um país de tolos!", realçou o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). "Simplesmente, nós [os militares] mudámos a situação", declarou, pedindo à comunidade internacional para perceber que “não se trata de um golpe de Estado mas da modificação de uma situação confusa, inviável”. (Jornal Público 2003)

Golpe dado, o Comité Militar através de um consenso, nomeou a cargo do Presidente da República interino, Henrique Pereira Rosa, que foi um Empresário e Político, este que conduziu o país até a realização de novas eleições no dia 28 de Março de 2008.

Feitas estas eleições saiu como vencedor o PAIGC, tendo assim o seu candidato o Henrique Rosa eleito o Presidente da República, e como o Primeiro-Ministro o Carlos Gomes Junior.

Existiam 25 partidos inscritos num país com apenas cerca de 1.200.000 habitantes. Destes, 740.457 são eleitores inscritos nos cadernos eleitorais. Alguns partidos fizeram coligações pré-eleitorais, como foi o caso da «Plataforma Unida», liderada pelo dissidente histórico do Movimento Bafatá, Hélder Vaz. O Movimento Bafatá, nesta altura, era dirigido por Salvador Tchongó, o PUSD continuava com o seu fundador Francisco Fadul que aparecia como principal opositor a Carlos Gomes Júnior do PAIGC, o PRS tinha o tradicional líder Koumba Yalá. As eleições foram acompanhadas por observadores internacionais. Só a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) enviou 32 observadores (SECK, 2004).

O PAIGC tinha voltado ao poder em Guiné-Bissau, e parecia que toda a “glória” esperada pela população teria chegado, a final eram 31 anos da Independência e o sabor da mesma ainda não tinha sido experimentado pela população.

Infelizmente sete meses depois das eleições e de todas as cerimónias de tomadas de posse, deu-se no dia 6 de Outubro do mesmo ano uma rebelião militar liderada pelo general Batista Tagme Na Waié e pelo almirante Bubo Na Tchuto, insurreição esta através da qual mataram o chefe do Estado Maior o general Veríssimo e o seu porta-voz Domingos Ramos.

A intentona teve como fundamento questões internas nas Forças Armadas. Um diferendo entre chefias militares, nomeadamente de natureza salarial. O Presidente da República e o Governo mantiveram-se em funções, mas a normalidade política ficou afectada, levando a uma instabilidade acentuada de tal maneira que motivou a realização de novas eleições que tiveram lugar a 19 de Junho de 2005 (SECK, 2004).

Questões internas nas Forças Armadas são as tensões que me referi na página anterior, pois os chefias militares eram diferenciados por vários marcadores de valor, era por etnia, religião, estatuto de militar etc.

Logo em 16 de Abril de 2005, o Primeiro-Ministro, fez a primeira remodelação governamental. Tirou o Ministro do Interior, Lassana Seidi e o substituiu por Mumine Embaló.

A normalidade política continuou e foi se aumentando cada vez mais, que o governo não conseguia mais resolver, a ponto de novas eleições fossem marcadas para o dia 19 de Junho de 2005.

Com mais eleições em preparação, a situação política complicou-se a partir de 15 de Maio.

Vale ressaltar que com a intentona de 6 de Outubro de 2004, Kumba Yalá prometeu candidatar-se às novas eleições, pra isso ele fez um pedido ao Tribunal Regional de Bissau a impugnação da Carta de Transição Política, onde dizia que ele não podia candidatar-se até 2008. Assinado por ele mesmo em 2003.

Ainda alegou que, se não fosse autorizado a candidatar-se, tomaria o poder pela força. Segundo ele, “Não há nada que possa impedir a recandidatura. Não existe o mínimo obstáculo. Falo como jurista e conheço as leis”.

4 CAPÍTULO III - AINDA ESPERANDO A DEMOCRACIA

Eleições marcadas para Junho de 2005.

Estas eleições coincidiriam com o regresso do ex-presidente Nino Vieira à Guiné-Bissau, regresso este que foi dois meses antes das eleições, depois de sete anos longe do cenário político e fora do país.

Ele de regresso ao país justamente no período eleitoral, resolveu sair como candidato independente a cargo do Presidente da República, desta vez longe do seu grande partido, PAIGC.

Acredita-se que ele voltou e se afastou do partido por motivo de todos os transtornos que ele criou no país quando ainda era Presidente, de lembrar que teve a tentativa de assassinato por parte dele e do Ansumane, depois os dois se desentenderam várias vezes como já dito antes nos capítulos anteriores, ele depois derrubou o Ansumane do cargo que o mesmo possuía no Estado Maior, motivo que teria culminado naquela intensa guerra civil com intervenção Internacional na capital guineense no ano de 1998/1999.

Com as eleições legislativas e presidenciais marcadas para o dia 19 de Junho de 2005, a Guiné-Bissau entrou num período de agitação política, própria de um período daquela natureza, em que sistematicamente tem estado. Pois elegeria mais um presidente da sua história, através de eleições, e com duas particularidades:

- A primeira pelo facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter autorizado a candidatura presidencial de Nino Vieira e de Koumba Yalá;
- A segunda, por Nino Vieira candidatar-se como independente, em concorrência com o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá. (Jornal «Independente», 2005).

Enfim, apesar de todas as perdas e retrocessos que ele causou ao país, o Supremo Tribunal de justiça ainda permitiu a candidatura dele a cargo do Presidente da República e consequentemente permitindo assim também a candidatura do Kumba Yalá, este que teria assinado uma carta comprometendo se afastar do cenário político até o ano de 2008, depois decidiu não cumprir com a promessa e assim o fez.

Para estas eleições treze candidatos apenas conseguiram permanecer na disputa para a Presidência da Guiné-Bissau, após uma avaliação do Supremo Tribunal, órgão responsável e competente para tal função.

Os candidatos que mais peso tinham no eleitorado guineense eram Malam Bacai Sanhá (PAIGC), Francisco Fadul (PUSD), Koumba Yalá (PRS) e Nino Vieira (independente). Outros candidatos, como sejam Ibraima Sow (líder do Partido do Progresso), e Empossa Ié (independente) não tinham expressão eleitoral. Durante a campanha eleitoral não faltaram as tradicionais posições contundentes dos partidos da oposição ao PAIGC no poder. O candidato deste partido prometeu que se fosse eleito faria uma “reconciliação com Nino Vieira e com Koumba Yalá”. («Diário de Notícias», Madeira, 2005).

Os resultados das eleições mais uma vez favoreceram ao PAIGC e ao seu candidato Malam Bacai Sanhá.

Só que, para o Malam se eleger diretamente precisava não só de obter maior número de votos como também atingir a maioria absoluta, e como isso não foi o caso, ele teve que disputar a segunda volta das eleições presidenciais com o segundo mais votado que era o Nino Vieira.

O resultado eleitoral determinou o PAIGC o partido mais votado para eleger deputados e também para Presidente. Mas como Malam Bacai Sanhá, com 158.276 votos (35,4%), não obteve maioria absoluta, houve lugar a uma segunda volta contra Nino Vieira que obteve 128.918 votos (28,8%). Em terceiro lugar ficou Koumba Yalá com 111.606 votos, ficando em quarto, Francisco Fadul. (Jornal «Público», 2005)

A segunda volta da eleição presidencial foi marcada para o dia 24 de julho do mesmo ano, esta decidiria quem ficaria com a Presidência da República e seria mais um novo marco para o país. Só que antes da realização da segunda volta, houve uma manifestação na capital guineense, manifestação esta dirigida por alguns dos eleitores do PRS partido do Kumba Yalá, pelo fato de o mesmo não aceitar o resultado das eleições, alegando uma possível fraude contra ele.

Foi preciso intervenção das autoridades como é o caso da Polícia, que teve que se intervir para poder manter a situação sob controle e garantir um clima de tranquilidade pelo menos naquele momento de mais uma etapa histórica para o país.

Felizmente tudo se tranquilizou e o próprio Kumba acabou por reconhecer o resultado e de seguida anunciou logo seu apoio ao candidato independente Nino Vieira.

O certo é que Koumba Yalá, embora convencido que tinha ganho as eleições, acabou por aceitar a derrota e, por estranho que pareça, apoiou e mandou os seus eleitores votar em Nino Vieira na segunda volta, pela garantia que este dá para a “salvaguarda dos superiores interesses do país (...) Perante os candidatos que se me apresentam, o general João Bernardo “Nino” Vieira representa o símbolo da construção do Estado e da unidade nacional e aquele que me garante ser um acérrimo e fiel defensor da independência nacional”²⁰⁴. Este apoio serviu para Nino Vieira nomear membros do Governo afectos àquele. (Jornal «Público», 2005)

Já na segunda volta da eleição, a gira girou e o Nino Vieira não só tomou a frente como também saiu como vencedor da eleição, derrotando o candidato do PAIGC, Mala Bacai Sanhá.

O resultado da segunda foi favorável a Nino Vieira que ganhou com 216.167 (52,35%) contra 196.759 (47,65%) para Malam Bacai Sanhá, num universo de 538.471 eleitores. Os resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições foram contestados por Malan Bacai Sanhá alegando fraude e pretendendo a recontagem dos votos nas regiões de Bissau e Biombo, mas não obteve vencimento da sua contestação, mantendo-se vencedor Nino Vieira., de etnia Papel e de religião animista, em vez daquele que é de etnia Mandinga e de religião muçulmana. (Jornal «Público», 2005).

Mais uma vez a população guineense tinha depositado sua confiança em Nino Vieira, a pessoa de quem acreditavam ter muito talento e Carisma para dirigir o país, por isso que mesmo com os sete anos passados fora do país, e longe da política, voltou e teve sua chance logo na primeira tentativa de voltar ao poder, e de forma democrática ganhando eleição e ainda derrotando um adversário do cunho do Malam dentro do PAIGC.

Nino eleito, prometeu trazer para o país a Paz de que tanto precisava aquando da vitória, ele afirmou categoricamente: “rumo à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento. Não há vencedores nem vencidos. A partir de hoje, somos todos guineenses. O povo é o verdadeiro vencedor das eleições e, por isso, apelo para que me ajudem a trabalhar para o desenvolvimento do nosso país”.

Estas foram às promessas e as palavras dele depois de eleito.

O ambiente político e social parecia estar se endireitando, só que existia um, porém e esse, porém é o fato do PAIGC, ter sido o partido mais votado para eleger deputados, e o presidente do partido na altura o Carlos Gomes Junior era Candidato Natural a cargo de Primeiro-Ministro e assim responsável por formar um Governo, pois o parlamentarismo (um sistema de governo democrático, onde o poder executivo baseia a sua legitimidade democrática a partir do poder legislativo representado pelo parlamento nacional, os ramos executivos e legislativos são, portanto, interligados nesta forma de governo. Em um sistema parlamentarista, o chefe de Estado é normalmente uma pessoa diferente do chefe de governo) é o sistema regente no país.

Assim sendo o Carlos Gomes e o seu Governo não tardaram para começar a ter pequenos problemas com o Nino e com certos órgãos de Estado.

Como já era de se esperar, no dia 28 de Outubro do ano de 2005 Nino demitiu o Governo, justamente por motivos das confusões e desentendimentos do mesmo com alguns órgãos de Estado.

No dia 28, o Governo foi demitido, alegadamente por haver “crispação das relações entre os órgãos de soberania, nomeadamente entre o Governo e alguns serviços sensíveis e básicos do Estado”. Mais alegou que o Governo não foi capaz de sanear as finanças públicas, o quadro macroeconómico e a existência de extrema pobreza no país. («Diário de Notícias»-Madeira, 2005).

Logo em seguida o Presidente nomeou a cargo do Primeiro-Ministro, o Aristides Gomes, um dos seus camaradas no partido, e que foi expulso do partido por ter apoiado a candidatura dele logo após o seu regresso ao país.

A demissão do governo e a nomeação do novo Primeiro-Ministro foi motivo de polémica, até ponto de o PAIGC prestar uma queixa no STJ contra o Presidente contestando a nomeação do Aristides. Só que o STJ depois concluiu que o Presidente agiu na base da lei e acabou por concordar com a decisão deste.

Não compreendendo a demissão do Governo, em Novembro o PAIGC impugnou junto do Supremo Tribunal de Justiça o decreto de Nino Vieira que nomeou Aristides Gomes para primeiro-ministro. Mas, no dia 25 de Janeiro de 2006, o Supremo Tribunal de Justiça deu razão ao Presidente da República, por ser improcedente a impugnação pretendida pelo PAIGC. («Diário de Notícias»-Madeira, 2005).

Novo chefe de Governo, já exercendo suas funções, tribunal atribuindo razões ao Nino, nas Forças Armadas tudo caminha sob controle, embora o Chefe desta agora fosse o General Tagme Na Waié um Balanta e um dos maiores rivais do Nino, mesmo assim tudo parecia se resolver e o que restava era apenas “colocar as mãos em obra”.

Só que, ao que tudo indica, parece que os dirigentes políticos guineenses falavam tanto em paz e tranquilidade, mas no fundo nunca gostaram tanto de ver o país calmo sem perturbações ou conflitos, porque quando tudo parece estar endireitando surge um desses políticos para entortar, isso foi o que Kumba Yalá fez quando regressou ao país, este que se encontrava no asilo em Marrocos.

De regresso à primeira coisa que ele fez, foi criticar logo o Presidente da República e o Governo. Acusou o Governo de ser ilegítimo, “O Governo de Aristides Gomes não tem legitimidade institucional nem capacidade para negociar quaisquer acordos”. Estas foram às declarações feitas por ele em relação ao Governo.

Kumba tanto perturbou que segundo o jornal Diário de Notícias, as acusações feitas por ele, desencadearam uma série de desentendimentos entre ele e Nino que resultou na demissão do Ministro do Interior, Ernesto de Carvalho, este que era muito chegado ao Kumba.

A instabilidade assim marchava em direção ao seio político guineense, tudo piorou com o assassinato de Lamine Sanhá um ex-chefe de Estado Maior, em Janeiro de 2007 por um grupo de desconhecidos. Este assassinato incendiou o país gerou protestos e manifestações contra o Governo e Presidente da República.

A estabilidade política durou pouco tempo, porque, no início de Janeiro de 2007, foi assassinado, por desconhecidos, o ex-Chefe do Estado-Maior da Armada, Lamine Sanhá, que foi apoiante e um dos braços direitos de Ansumane Mané. Como resultado desta morte, um grande grupo de jovens queimou a casa, em construção no Bairro Militar, do presidente Nino Vieira. Um jovem disse à agência noticiosa portuguesa LUSA: “Lamine Sanhá é um combatente da liberdade da pátria não merecia esta morte tão estranha”. (7 «Diário de Notícias», Madeira, 2006).

As coisas apenas melhoraram quando um acordo que objetivava estabilizar o Governo e o Parlamento até as próximas eleições marcadas para o ano de 2008, uma vez que o Presidente da República tinha quase perdido a capacidade de controlar o país e acabar com os assassinatos. E também o acordo previa a substituição do Primeiro-Ministro Aristides Gomes.

Nino não concordando com o último ponto deste acordo pretendia manter o seu Primeiro-Ministro, só que foi obrigado constitucionalmente a cumprir com o acordo e assim nomeando para o lugar do Aristides, Martinho N´dafa Cabi.

Apesar de Nino Vieira pretender manter Aristides Gomes, o Parlamento aprovou, no dia 19 de Março de 2007, uma moção de censura ao Governo, o que obrigou, nos termos constitucionais, o Presidente da República a nomear outro Primeiro-Ministro, cargo que recaiu em Martinho N´Dafa Cabi, que tomou posse no mês de Abril. («Diário de Notícias», Lisboa, 2008).

Formando um novo Governo pronto para assumir o país e preparar eleições legislativas.

Eleições estas marcadas para o dia 16 de Novembro do ano de 2008.

Estas eleições, contrário do que todos nós Guineenses queríamos e esperávamos, não foram diferentes das demais que já passaram e que acabaram por fracassar.

A estas eleições apresentaram-se 21 partidos. Mas o Supremo Tribunal de Justiça anulou a inscrição de 4, tais como:

- a Resistência da Guiné-Bissau, mais conhecido pelo Movimento Bafatá;
- o Fórum Cívico Guineense Socialdemocracia;
- a Frente Democrática Social;
- o Partido para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza (1«Diário de Notícias», Lisboa, 2008).

Conforme se pode ver na citação acima, apenas 17 Partidos políticos acabaram por permanecer na disputa pela eleição Legislativa, esta que daria os assentos na ANP.

Foi concluída com a vitória do PAIGC, elegendo assim mais deputados do que já havia elegido em toda sua história, elegeu 67 deputados, sendo que em 1994 só havia elegido 66 dos 100 deputados.

Estas foram uma das eleições mais fracassadas da Guiné-Bissau, pois elas tiveram lugar no dia 16 de Novembro do ano de 2008, e já no dia 23 de Novembro do mesmo ano, uma semana depois das eleições e das consagrações das vitórias, o Presidente Nino sofreu logo um ataque residencial.

Ainda decorria o rescaldo das eleições quando Nino Vieira denunciou, no dia 23 de Novembro, uma tentativa de golpe, com um ataque à sua residência, por volta das três horas da madrugada. Mais tarde, houve tiros na caserna estratégica em Mansoa. Na troca de tiros junto à residência de Nino Vieira houve um morto (guarda presidencial) e vários feridos, tendo ficado destruída parte da sua residência e viaturas, devido ao intenso tiroteio. («Diário de Notícias», Lisboa, 2008).

Ataque esta que visava apagar fisicamente o Presidente da República numa tentativa de golpe de Estado.

Durante aquela madrugada de ataque, foram duas horas de terror, tiro de armas pesadas pra tudo quanto era lado eu e minha família sendo vizinhos de quarteirão da residência do Presidente sentimos o terror de perto, imaginemos os vizinhos da casa do lado como ficaram e o perigo que enfrentaram naquela madrugada.

Com tudo esta tentativa foi fracassada, o Presidente não teve nenhum ferimento leve muito menos grave.

Carlos Gomes Junior vulgo Cadogo Junior, eleito Primeiro-Ministro nas eleições legislativas, este por sua vez não deixou que isso interrompesse a formação do Governo assim o fez e a tomada das posses foi feita no início do ano de 2009.

Assim o país ganhou mais uma nova cara, Presidente, Primeiro-Ministro eleito e Governo formado legitimamente, era apenas momento de trabalhar. Só que mais uma vez, quando a Paz organizava passear sobre a política na Guiné-Bissau, surgiu um grande imprevisto que deixou tudo desorganizado de novo.

Imprevisto esse que foi o assassinato do general Batista Tagme na Waié o então CEMGFA no dia 1 de Março do ano de 2009, por volta da 19 horas da noite e logo naquela madrugada do dia seguinte, concretamente dia 2 de Março daquele mesmo ano o Presidente da República Nino Vieira também foi assassinado na sua própria residência onde havia sofrido uma tentativa do golpe de Estado, meses atrás.

A 1 de março de 2009, o chefe Estado-Maior General das Forças Armadas Tagmé Na Waié foi assassinado, seguindo, como revide, no dia seguinte, 2 de março, o assassinato do Presidente João Bernardo "Nino" Vieira. Assumiu interinamente a chefia do governo o presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Raimundo Pereira (AUGEL, 2012).

Após estes assassinatos as Forças Armadas resolveram deixar que os políticos ajam na base da constituição, assim feito, rapidamente o Presidente da ANP Raimundo Pereira tomou a posse do cargo do Presidente interino da República, com o objetivo de assegurar o país até novas eleições.

Este na tomada da posse numa de suas falas disse o seguinte:

“É preciso refletir sobre o processo de maturação democrática”, saudando também o “herói que é o povo guineense pela forma como tem aguentado o sofrimento e sacrifício das últimas três décadas”. (SÁ, 2015).

Após a tomada de posse do Presidente interino Raimundo Pereira, este soube que de acordo com a constituição ele tinha que conduzir o país durante três meses, que seriam tempo determinado para realização das eleições presidenciais apenas.

Consequentemente também, Zamora Induta foi nomeado dia 6 de Abril do corrente ano, para o cargo do CEMGFA interino.

Cargo que ele deixaria aquando da tomada de posse do novo Governo.

Eleições foram marcadas para o dia 28 de Junho do mesmo ano, e para estas eleições concorreram vários candidatos, dentre eles o Henrique Pereira Rosa que foi Presidente interino no ano de 2003 após o golpe que depôs o ex-presidente Kumba Yalá.

Devido ao pouco tempo que se teve para preparar e realizar estas eleições, a CNE acabou não fazendo o processo de recenseamento e assim usando os registos das eleições legislativas do ano de 2008.

O recenseamento eleitoral da diáspora não foi realizado pelas representações diplomáticas guineenses. Nas eleições presidenciais utilizaram-se os mesmos cadernos de registo eleitoral das eleições legislativas de 2008, sem que tivessem sido feitas actualizações, apesar de estas serem exigidas por lei. A MOE UE reitera a necessidade de realização de actualizações anuais do recenseamento eleitoral e de um registo permanente de eleitores como sendo uma boa prática implementada em muitos países. A CNE e as CREs (Comissões Regionais de Eleições) deveriam ser as depositárias dos cadernos de registo eleitoral e serem responsáveis por todo o processo de recenseamento eleitoral. (EU EOM final report- Guinea Bissau 2009.PT. p 4)

As eleições foram concluídas dia 28 de Junho, com vitória de Malam Bacai Sanhá, candidato apoiado pelo PAIGC, mas por ele não ter conseguido a maioria absoluta para assumir logo a Presidência, teve lugar uma segunda volta entre ele Kumba Yalá e mais uma vez os resultados do dia 26 de Julho foram favoráveis ao Malam.

O novo Presidente da República da Guiné-Bissau, o candidato do PAIGC Malam Bacai Sanhá, vai tomar posse para um mandato de cinco anos no dia 8 de Setembro de 2009. (EU EOM final report- Guinea Bissau 2009.PT. p 6)

A cerimónia da tomada de posse do agora Presidente da República Malam Bacai, foi num dos maiores Estádio de Futebol da Guiné-Bissau, Estádio 24 de Setembro, nome dado em homenagem a data da Independência.

Após a tomada da posse do Malam, parecia mais uma vez que a tranquilidade política havia chegado, pois ele conduzia o país de forma transparente e muito empenhado na recuperação económica do país. Até que meses depois, exactamente dia 1 de Abril do ano de 2010, o CEMGFA António Indjai já nomeado no governo novo, liderou uma intentona em que foram detidos, o ex-chefe das Forças Armadas Zamora Induta e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Junior.

1 de abril

O primeiro ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior, e o chefe das Forças Armadas, Zamora Induta, são feitos reféns por militares. Induta é destituído pelo chefe do estado maior general das Forças Armadas António Indjai. Gomes Júnior acabou por ser depois libertado e tentou controlar a fúria popular. (SILVA, 2012)

Essa intentona como é obvio, deixou um clima nada agradável no país. Carlos Gomes depois de libertado este voltou a desempenhar suas funções normalmente e assim tentando trazer a tranquilidade que se necessitava naquele momento no país.

O Presidente Malam, este que desde a disputa nas eleições presidenciais já vinha apresentando problemas de saúde, como já havia afirmado acima este foi empossado dia 8 de setembro de 2009, a partir desse dia em diante o estado da saúde dele infelizmente só tem ficado mais crítico cada vez.

Assim estava ele e assim continuou dando o máximo dele para tentar recuperar a economia guineense, tempo foi passando e ele cada vez mais sem forças foi ficando.

O Governo por sua vez estava se identificando com a população, Carlos Gomes estava fazendo um trabalho excelente e adorado pela população guineense.

Este regularizou a situação elétrica do país, pagava os salários em dia, e as vezes até antecipadamente, estabilizou o sistema de segurança no país e ainda e colocou em bom rumo o sistema da saúde e da educação.

Depois de uma missão da União Europeia não ter conseguido reformar o setor de segurança na Guiné-Bissau, o então primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior chamou soldados angolanos para profissionalizar as Forças Armadas com a MISSANG, a missão militar angolana de cooperação na Guiné-Bissau. (BECK et al, 2012)

Tudo parecia estar de fato mudando e tomando um bom rumo durante todos esses anos, até que entrou o ano de 2012.

Ano em que o Presidente da República não tinha mais forças, pois o estado da saúde dele já se encontrava no extremo, e ele teve que ser evacuado para França com objetivo de prosseguir os tratamentos.

Infelizmente ele acabou por não resistir e foi a óbito no dia 9 de janeiro do mesmo ano, por motivos da tal prolongada doença, doença esta que nunca foi revelada.

O presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, morreu aos 64 anos nesta segunda-feira (9) no hospital Val-de-Grâce, em Paris, em consequência de uma doença não divulgada, segundo comunicado oficial do governo. (DARAME 2012, p.2)

Após a morte do Malam, como a Constituição da República, da Guiné-Bissau permite, o Presidente da ANP automaticamente assume o cargo do Presidente da República. Assim aconteceu e mais uma vez o Raimundo Pereira teve que conduzir o país até novas eleições presidenciais antecipadas.

De acordo com a mesma Constituição apenas três meses tem o Presidente interino para preparar novas eleições, este assim fez e as eleições foram marcadas para o dia 18 de março daquele corrente ano.

Esta é uma das eleições mais polêmicas de todas as outras que já tiveram em Guiné-Bissau. Digo isto por dois motivos: primeiro porque não houve novamente o processo de recenseamento, alegadamente por falta de estrutura e condições;

Segundo porque foi à única eleição na história do país que não se concretizou, ou seja, esta eleição não teve ganhador.

Mais adiante veremos porquê.

Para estas eleições marcaram presença várias candidaturas, dentre elas uma das candidaturas mais comentadas foi a do Carlos Gomes o então Primeiro-Ministro, este teve que renunciar do seu cargo, para poder siar como candidato a presidência da República.

Logo de início para o Carlos Gomes a decisão de renunciar o cargo do Primeiro-Ministro para se candidatar à presidência, parecia se a coisa mais certa do mundo que ele já fez em toda sua vida, pois os resultados foram favoráveis a ele, embora ele não tenha conseguido a maioria absoluta, mas mesmo assim ele se sentiu muito motivado e esperançoso.

Os resultados definitivos das presidências antecipadas na Guiné-Bissau, anunciadas na quarta-feira, 28 de março, confirmam os números preliminares: Carlos Gomes Júnior, do partido governamental PAIGC, é o vencedor. O anúncio dos resultados definitivos foi motivo de festa na sede do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC), que apoia Carlos Gomes Júnior. (DARAME, 2012 p. 1)

Confiante com o resultado que teve logo na primeira volta, mesmo não ganhando definitivamente a eleição, Carlos Gomes se sentiu ainda mais seguro e favorito para segunda volta. "Temos confiança não só nos nossos militantes, mas no povo da Guiné-Bissau, que quer a paz, a estabilidade e o desenvolvimento. Portanto tenta votar na pessoa capaz de assegurar isso".

Estas foram as declarações por ele feitas após os resultados primários.

Já o Kumba Yalá líder do PRS, como segundo mais votado, contestou o resultado, embora ainda tinha segunda volta para disputar com o Carlos, mesmo assim este afirmou que os resultados não passam de fraudes.

Reagindo aos resultados definitivos, o segundo candidato mais votado, Kumba Ialá, reafirmou que não disputará a segunda volta. Ialá insiste na anulação de todo o processo: "A educação cívica não foi observada, o recenseamento das pessoas não foi observado, vários cidadãos ficaram de fora e não participação ativa na escolha dos seus mandatários. O que não se conforma com a democracia". (DARAME, 2012 p.1).

É importante informar que os resultados destas eleições não foram contestados apenas por Kumba, mas também por mais 4 candidatos que participaram na disputa eleitoral.

Mas a declaração foi feita por ele, e ele por ser o candidato votado para disputar a segunda volta das eleições e ter afirmado que não disputaria por motivos de possíveis fraudes, por ele e mais 4 colegas alegadas.

Segundo Darame numa entrevista, o Kumba afirmou o seguinte: "Há provas. Mesmo que haja só um círculo, é já uma fraude que justifica que as eleições não podem ser legais e legítimas", afirmou. "Por exemplo, este cartão (eleitoral), se pertence a uma pessoa e for duplicado, vai ser entregue a outra pessoa, que vai votar com o mesmo nome e o mesmo número. E assim, ao nível nacional".

Contudo, percebe-se que um dos motivos por qual ele afirma que houve fraude nas eleições é a ausência do processo de recenseamento. Só que, isso é apenas uma desculpa inventada por ele para problematizar e assim quebrar o clima de estabilidade em que o país se encontrava, pois ele viu que talvez não tivesse chance de se eleger frente ao forte candidato Carlos Gomes e queria procurar meio de afastar o mesmo da concorrência.

Sem querer defender o Carlos Gomes, mas o Kumba e assim com os outros quatro candidatos souberam Danti mão que não haveria o processo de recenseamento porque o espaço de tempo era curto e ainda sem contar com a falta de recursos e estruturas para tal.

Muito embora tanto ele quanto os outros candidatos, nenhum deles tem que ser culpado se o Estado não cumpriu com a sua responsabilidade, de garantir uma renda significativa no cofre de Estado para casos desse tipo, ainda mais sabendo que a Constituição a nossa lei magna, só dá três meses para preparação das eleições na ausência de um chefe de Estado, como o que aconteceu com o Malam.

Mas, uma vez que estes candidatos cientes da situação e mesmo assim optaram por participar das eleições sem questionar a Comissão Nacional das Eleições (CNE) nem o Tribunal, entidades máximas e responsáveis pelo assunto, se estes garantiriam uma transparência na disputa, mas nada disso fizeram e apenas esperaram para reclamar depois do resultado, isto não é querer justiça, mas sim querer perturbar e criar desordem, porque garanto que se fosse o contrário eles não contestariam.

O clima começou a ficar meio pesado no país, devido a essas contestações dos resultados eleitorais. Mas o importante é que a CNE não se abalou com isso, e marcou para dia 29 de Abril do mesmo ano.

E mais uma vez o itinerário da estabilidade foi interrompido pelo da instabilidade.

Pois antes da data marcada para a segunda volta das eleições, dá-se um golpe de Estado.

Golpe este liderado por um grupo de militares identificados como “comando militar”, prenderam e destituíram o Presidente interino Raimundo Pereira, também invadiram e prenderam o Carlos Gomes na sua residência, este que era candidato fortíssimo a aquelas eleições que nem tiveram tempo de se concretizar, eis aqui o motivo por qual acima tinha dito que estas foram uma das eleições mais polémicas do país, por não ter nem o tempo de chegar ao fim.

“Depois do golpe de Estado de 12.04, os militares nomearam um governo de transição, liderado pelo presidente Serifo Nhamadjo” (BECK et al, 2012).

Assim foi formado um novo Governo de transição, que teria mais uma vez a missão de prepara o país para novas eleições de forma transparente e democrática.

Governo este da qual tive bastante aproximação, pois o mesmo contava com participação de várias pessoas muito próximas a mim.

Segue a lista dos governantes publicada por Silva (2012).

- 1) Fernando Vaz, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, da Comunicação Social e dos Assuntos Parlamentares;
 - 2) Dr. Faustino Fudut Imbali, Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades;
 - 3) Piloto-Aviador Celestino de Carvalho, Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria;
 - 4) Eng. António Suka Ntchama, Ministro do Interior;
 - 5) Dr. Vicent Pungura, Ministro da Educação Nacional, Juventude, Cultura e Desportos;
 - 6) Dr. Agostinho Cá, Ministro da Saúde Pública e Solidariedade Social;
 - 7) Dr. Mamadú Saido Baldé, Ministro da Justiça;
 - 8) Senhor Daniel Gomes, Ministro dos Recursos Naturais e da Energia;
 - 9) Dr. Abubacar Demba Dahaba, Ministro das Finanças;
 - 10) Dr. Degol Mendes, Ministro da Economia e Integração Regional;
 - 11) Dr. Fernando Gomes, Ministro das Infraestruturas;
 - 12) Dr. Abubacar Baldé, Ministério do Comércio, da Indústria e Valorização de Produtos Locais;
 - 13) Dr. Malam Mané, Ministro da Agricultura e das Pescas;
 - 14) Dr. Baptista Té, Ministro da Administração do Território e Poder Local;
 - 15) Dr. Carlos Joaquim Vamain, Ministro da Função Pública, do Trabalho e da Reforma do Estado;
- Secretários de Estado
- 16) Eng. Carlos Nhaté, Secretário de Estado dos Transportes, das Comunicações e Novas Tecnologias de Informação;
 - 17) Eng. Quintino Alves, Secretário de Estado da Reforma Administrativa;

- 18) Dr. Gino Mendes, Secretário de Estado do Tesouro, dos Assuntos Fiscais e das Contas Públicas;
 - 19) Dra. Tomásia Lopes Moreira Manjuba, Secretária de Estado do Orçamento;
 - 20) Senhor Mussa Djata, Secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria;
 - 21) Dr. Salvador Tchongo, Secretário de Estado do Ensino, da Formação Profissional e do Emprego;
 - 22) Dr. Óscar Suca Baldé, Secretário de Estado das Pescas e dos Recursos Haliêuticos;
 - 23) Senhor Rogério Dias, Secretário de Estado da Comunicação Social;
 - 24) Dr. Agostinho da Costa, Secretário de Estado do Ambiente e Turismo;
 - 25) Eng. Eurico Abduramane Djaló, Secretário de Estado da Energia;
 - 26) Dr. Ibraima Djaló, Secretário de Estado do Comércio;
 - 27) Dr. Basílio Mancuro Sanca, Secretário de Estado da Segurança e Ordem Pública;
 - 28) Senhora Helena Paula Barbosa, Secretária de Estado da Juventude, Cultura e dos Desportos.
- Artigo 2 – Este Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor.
Bissau, 22 de Maio de 2012.
Publique-se.
O Presidente da República de Transição
Manuel Serifo Nhamadjo

Como havia afirmado acima, o Governo possui muitas pessoas próximas a mim, a começar por:

Meu padraсто, Vicente Pougura sobre quem caiu o cargo de Ministro da Educação, uma pessoa a quem devo muitos favores, por ter cuidado de mim quase a vida toda, por tudo que me ensinou e me mostrou, assim como por todos os privilégios que me proporcionou na vida.

Cargo este, que também perderia com a remodelação do Governo.

Fernando Delfim da Silva, nomeado a cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, este que estudou junto com meu padraсто na Alemanha, também foi meu Professor de Filosofia por dois anos, e é uma pessoa a quem eu guardo muito carinho, respeito e muita gratidão por tudo que me ensinou e tem me ensinado ainda.

Fernando Vaz, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, este que era meu vizinho e muito amigo do meu tio Inocência Albino Lamba, ambos pertencentes ao Fórum dos partidos políticos para as futuras eleições.

E por fim o Salvador Tchongo, este também além de ser muito amigo do meu tio Inocência, foi meu Professor de Matemática Aplicada a Ciências Sociais (MACS), e também a quem agradeço muito, por tudo que me ensinou. Ele foi nomeado Secretário da Educação do Ensino Básico.

Infelizmente esse Governo além de não cumprir a prazo o tempo de preparar eleições gerais para o país, também não teve sucesso.

Não conseguiu normalizar a situação do país, teve que passar por uma remodelação em que vários Ministros foram depostos, é exemplo o meu próprio padrao, e mesmo assim não houve triunfo.

Depois do golpe de Estado de 12 de abril 2012, a Guiné-Bissau o seu estatuto no concerto das nações, recuou como estado democrático e como Estado social, piorou a sua situação já de si precária em todos os sentidos para as suas populações. Os dados são claros e extremamente violentos, razão pela qual temos que nos render a evidência do desastre que foi esse nefasto acontecimento na historia do nosso país que esta a portas de completar um ano apos a sua ocorrência. A lista é deprimente, porém é essa a realidade com que os guineenses convivem alegremente... à força de nada puderem fazer, senão comer porrada ou levar um tiro no "suicídio". Vejamos caros compatriotas, o que se seguiu ao 12 de Abril 2012 :

- o ensino estagnou;
- a saúde esta moribunda;
- a economia emperrou;
- o sector privado esta agonizante;
- a Função Publica não funciona e esta tomada de assalto por compadrios e jogos partidários tribais;
- os salários não são pagos ha mais de três meses e a situação tende a piorar; (SILVA, 2013).

Uma enorme e infinita lista de acontecimentos desagradáveis sucede ainda esta pequena lista acima citada, tudo por conta do fracasso do Governo da transição.

A Guiné-Bissau assim foi sofrendo, várias cooperações internacionais foram cancelados, investimentos com destino ao país foram desviadas, companhias de voo com destinos a Guiné-Bissau foi retirada etc.

O governo assim foi sofrendo e conseqüentemente junto, sofria a Guiné-Bissau e a população guineense, até que se marcou para dia 13 de Abril de 2014 a realização das eleições gerais, quase dois anos depois.

Finalmente foram realizadas estas eleições gerais do ano de 2014, eleições estas, há muito tempo aguardado pela população guineense.

Afinal já são 43 anos de independência e ainda o impasse político-presidencial continua dominando o poder político do nosso país.

Votos de esperança tinham sido colocados nas eleições de 2014 passados, mas já agora em 2016 nossas esperanças foram mortas, o Presidente eleito em 2014 José Mario Vaz, já destitui

dois Governos, um do Domingos Simões Pereira, eleito democraticamente nas eleições legislativas do mesmo ano de 2014.

E outro de Carlos Correia.

Agora fica uma dúvida e uma pergunta ao mesmo tempo, será que a história do fracasso-presidencial está por repetir?

Esperamos que não...

Só sabemos que ainda faltam mais dois anos e pouco, para o fim do mandato dele, tempo suficiente para qualquer acontecimento, embora não desejamos, mas, pelo jeito que tudo se caminha, acreditar que a história pode se repetir não seria hipocrisia nenhuma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente trabalho, concluiu-se que, o fracasso presidencial é um fator que vem se repetindo desde a formação do Estado Independente da Guiné-Bissau, ou seja, desde a proclamação da independência. Ao longo desses anos, a República da Guiné-Bissau vem apresentando incapacidade constitucional e democrata de maneira imperdoável até os dias atuais.

A incapacidade dos políticos, governantes e militares, ou melhor, a ambição e os interesses pessoais destes têm nos custado muito caro, e como consequência, hoje o Estado da Guiné-Bissau se encontra mergulhada num grande impasse político que não foi gerado agora e sim desde a formação do Estado.

De 1973 a atualidade (2016) são 43 anos passados, automaticamente 43 anos da conquista da independência.

Sem contar com o regime de partido único que o país viveu durante 21 anos, se considerarmos a partir do ano de 1994 ano em que foram realizadas as primeiras eleições democráticas, até o ano de 2012, veremos que foram um total de 7 eleições realizadas, e nenhum Presidente da República conseguiu concluir o seu mandato, que segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau um Presidente eleito democraticamente, tem 5 anos de mandato.

E os motivos por quais estes não conseguem concluir os mandatos são quase sempre os mesmos: golpes de estado seguidos de assassinatos, assassinatos de Chefes de Estado Maior, enfim são estes conflitos políticos militares que estiveram na origem de todos esses fracassos da República.

Exceto nas eleições de 2012 que só foram realizadas e também só a primeira volta desta, devido ao falecimento do então Presidente Malam Bacai por motivo de uma doença prolongada. Mesmo assim estas eleições não chegaram ao fim por conta do Golpe de Estado de 2012.

A grande conclusão que se cheguei com esse trabalho é de que, a Guiné-Bissau precisa de uma grande e séria reforma política, jurídica, reforma nas forças Armadas, e noutros órgãos de Estado que se encontram afetados pela insuficiência governamental trazido do mato de boé para o centro urbano.

Embora grandes pensadores e pesquisadores acreditem que o problema está na inserção da democracia no país, pois afirmam que este é um sistema político que não combina com a realidade do país, e talvez seja por isso que ainda não é possível consolidar a paz e estabilidade na República da Guiné-Bissau.

Mesmo assim eu ainda continuo acreditando que o melhor para o país, seria uma reforma, que seria de tal maneira rigorosa e cega, que não julgará ninguém pelo estatuto social condição financeira, cor, raça, etnia, sexo, credo etc. só assim poderemos acabar com geração daquela

corja elitista que não dá oportunidade aos jovens capazes e competentes, quando a fazem poder a certeza que fazem para os seus filhos e parentes sem se importar se estes possuem condições para tais funções. E aí entra a seguinte pergunta:

Será verdade que são as massas que fazem a história, como nos ensina a doutrina marxista, ou serão antes os grandes sujeitos da história que se encarregam desta tarefa, como nos sugere a filosofia hegeliana? (CARDOSO, 2002, p. 8).

Infelizmente na Guiné-Bissau, até os dias atuais ainda tem sido de acordo com a doutrina hegeliana, a história da massa continua sendo escrita pelos sujeitos políticos daquele país.

A política na Guiné-Bissau pode ser comparada a “faca dos balantas” conhecida por seus dois gumes, isto é, corta pros dois lados e só é boazinha para quem está segurando o punho, que é o único lugar de segurança deste objeto, e também muito famosa pelo seu ritual de que quando puxada não volta para a cintura sem que derrame sangue.

Pois a Guiné-Bissau como eu falei, desde que se organizou politicamente, as coisas têm funcionado desse jeito, ruim pra todos os lados e sempre com finais trágicos, agora recentemente há meses atrás o país se encontra sem Primeiro-Ministro e conseqüentemente sem Governo, conseqüências das brigas e internas do PAIGC e da destituição de dois Primeiros-Ministros pelo Presidente da República eleito nas últimas eleições de 2014.

A ver vamos, qual o destino deste, espero que não seja igual ao dos outros Presidentes que passaram, afinal não merecemos mais sofrimentos e muito menos conflitos sejam eles de que natureza for, e quais os rumos que as coisas vão tomar no país, porque pelo que tudo indica provavelmente as histórias passadas podem se repetir.

REFERÊNCIAS

- A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em:
<http://docplayer.com.br/5609200-A-independencia-da-guine-bissau.html> Acessado em:
 26/04/2015, 21h: 30mn.
- NORBREGA, Álvaro, **GUINÉ-BISSAU: Um caso de democratização difícil**, Lisboa, 2016.
- CARDOSO, Carlos, **A formação da elite política na Guiné-Bissau**, Coimbra, 2004.
- GUINÉ-BISSAU DESMAIA MA I KA MURI! A GUINÉ-BISSAU CAI, MAS ELA NÃO MORRE! Disponível em: <https://guinebissaudocs.wordpress.com> Acessado em: 01/09/2016.
- GUINÉ-BISSAU, UM PAÍS QUE NÃO ENCONTRA A PAZ. Disponível em:
<http://www.dw.com/pt> Acessado em: 25/11/2016.
- Morte De Malam Bacai. Disponível em: <https://www.publico.pt> Acessado em: 25/11/2016
- GOLPE DE 12 DE ABRIL DE 2012. Disponível em:
<http://ditaduradoconsenso.blogspot.com.br> Acessado em: 25/11/2016
- SANGREMAN, Carlos, JR SOUSA Fernando, ZEVERINO Guilherme & BARROS Miguel. **A evolução política na Guiné-Bissau: - As eleições presidenciais de 2005, - Os Conflitos, - O Desenvolvimento, - A Sociedade Civil**. CESA, Vol. 70, pp. 46
- Disponível em: [Www.repository.utl.pt](http://www.repository.utl.pt), Acessado em: 07.12.2015.
- SILVA, Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa: estudo de história, direito e política**. Vol. 30. ed Afrontamento, 1997.
- DA SILVA, Fernando Delfim. **Guiné-Bissau: páginas de história política, rumos da democracia**, ed Firquidja, 2003.
- Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002> . Acessado em: 24/11/16.
- Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/0>. Acessado em: 24/11/16.